PONTOGOV
A REVISTA DO MUNICIPALISMO
EDIÇÃO Nº 02
ABRIL/MAIO/JUNHO 2026

REFORMA AFETA GOVERNOS E CONTRIBUINTES

MUNICÍPIOS FICAM COM A CONTA DA SAÚDE

CARAVANA: GESTÃO PÚBLICA EM MOVIMENTO



A *dama* das contas paulistas

Cristiana de Castro Moraes-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

NOSSA CAPA



8

Cristiana de Castro Moraes

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

COLUNAS

6 Terra Brasilis
por Adinan Ortolan

42 Entrevista
por Marilene Mariottoni



E MAIS:

4 Escândalo do ICMS

14 A Conta que não fecha



18 Quando o clima muda, a gestão precisa reagir

22 Ano Eleitoral: o que os órgãos podem e não podem fazer sem violar a lei

24 PontoGov chega com protagonismo no cenário paulista

30 Yves Ribeiro: o prefeito dos sete mandatos

32 Caravana federativa e seminário colocam gestão pública em movimento em SP

38 Reforma Tributária entra na prática e impõe nova realidade fiscal aos municípios

Editorial

Prefeituras fatigadas

O arranjo institucional pós-Constituição de 1988 trouxe uma inovação importante na federação brasileira: a elevação do município à categoria de ente federado.

Muito mais do que a possibilidade de ter sua própria Lei Orgânica, essa nova condição deu liberdade para os municípios organizarem suas receitas e também atribuiu a eles obrigações que antes não eram suas.

A municipalização da saúde e da educação fez com que os municípios deixassem de cuidar apenas da zeladoria das cidades para se tornarem responsáveis pela educação infantil, ensino fundamental e saúde básica.

Mas não parou por aí. Na área da saúde, diante das dificuldades de financiamento do SUS, os municípios implantaram prontos-socorros, atendimento médico especializado e até hospitais municipais. Mesmo os hospitais conveniados têm parte importante financiada pelos municípios.

O atendimento a autistas, o ensino em tempo integral, o bem-estar animal, o transporte de alunos de cidades pequenas para cursar faculdade em outras cidades, a preservação do meio ambiente, a iluminação pública, o saneamento básico e, mais recentemente, o cuidado com a segurança pública por meio da implantação das Guardas Municipais e do pagamento para ter policiais militares em suas cidades.

Esse fato já está se tornando corriqueiro em algumas cidades paulistas. Com a redução do efetivo, alguns municípios estão dividindo o efetivo de policiais militares, ou seja, não há polícia militar todos os dias na cidade. Para garantir policiais diariamente, as prefeituras precisam pagar pela atividade delegada. O que era um extra virou necessidade básica.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou e o Governo Federal sancionou uma lei que abriu uma verdadeira caixa de pandora nas redes municipais de educação: a possibilidade de enquadramento dos monitores de creches à condição de professores. Serão milhares de servidores públicos com aumento considerável de salário, sem contrapartida financeira para que os municípios possam arcar com essa demanda.

A isso se somam demandas diárias do Ministério Público e decisões judiciais que envolvem internações compulsórias, compra de medicamentos, aluguéis sociais, entre outras medidas.

Por fim, para que órgãos estaduais ou federais — como delegacias de polícia, cartório eleitoral, fórum, merenda e escolas estaduais — funcionem nas cidades paulistas, é necessário o aporte de recursos municipais para pagamento de aluguel, cessão de servidores, aquisição de merenda escolar, veículos e manutenção desses serviços.

Aquele ditado de que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco é real no sistema federativo brasileiro: os municípios estão pagando a conta da ampliação de direitos, sem possibilidade de repassar algumas obrigações para os governos estaduais e federais. ■

Escândalo do ICMS

Esquema do "fura-fila" gera rombo bilionário e afeta municípios

Um esquema de corrupção envolvendo o ressarcimento de créditos de ICMS em São Paulo — conhecido como "fura-fila" — levou o Ministério Público do Estado de São Paulo a deflagrar operações e propor mudanças estruturais no sistema tributário estadual. As investigações, intensificadas em 2026, apontam manipulação de processos fiscais, pagamento de propinas e prejuízos bilionários aos cofres públicos, afetando diretamente os repasses aos municípios.

A chamada Operação Fisco Paralelo, conduzida pelo Grupo Especial de Repressão a Delitos Econômicos (Gedec), identificou um esquema sofisticado de manipulação na liberação de créditos de ICMS (ou ICMS-ST), permitindo que empresas "furassem a fila" de análise e recebessem valores de forma acelerada e irregular.

As diligências foram realizadas em cidades como São Paulo, Campinas, Vinhedo e São José dos Campos, com cumprimento de 22 mandados de busca e apreensão. A ação contou com apoio do Gaeco, Cyber Gaeco, Polícia Militar e outros órgãos de investigação.

Segundo o Ministério Público, o esquema envolvia servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP), com indícios de pagamento de vantagens ilícitas e lavagem de dinheiro. Como resultado da investigação, mais de 20 auditores fiscais foram afastados, e dezenas de procedimentos administrativos disciplinares estão em andamento.



Como funcionava o "fura-fila" do ICMS

O mecanismo fraudulento consistia na manipulação de processos de ressarcimento de ICMS — especialmente no regime de substituição tributária — permitindo que determinados contribuintes tivessem prioridade indevida na liberação de créditos.

Na prática, empresas conseguiam "saltar etapas" burocráticas, acelerando a restituição de valores milionários. O esquema teria movimentado mais de R$ 1 bilhão apenas em propinas, segundo apurações. Entre as empresas citadas nas investigações estão grandes grupos do varejo, todas alvo de apuração e medidas judiciais.

Impacto direto nos cofres municipais

O escândalo tem efeitos diretos sobre as finanças municipais. Isso porque 25% de toda a arrecadação do ICMS pertence aos municípios paulistas. De acordo com o presidente da Amppesp, Adinan Ortolan, as fraudes reduziram significativamente os valores repassados às prefeituras.

Fotos: MP-SP











"Se esse esquema fez com que algumas empresas pagassem menos impostos, então o repasse para os municípios foi impactado todos esses anos", afirma o presidente da Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de SP (Amppesp).

Ele destaca que o volume de propinas identificado dá dimensão do prejuízo: "Somente um operador teria recebido cerca de R$ 1 bilhão. Imagine o impacto disso na arrecadação estadual e municipal".

O dirigente também defende que eventuais acordos de leniência contemplem os municípios: "Vamos lutar para que esses recursos não fiquem apenas com o Estado, mas também compensem as cidades".

Além das fraudes, Adinan Ortolan cita outros fatores que têm pressionado a arrecadação do ICMS, criando o que especialistas classificam como uma "tempestade perfeita". Entre os principais elementos estão: juros elevados, que reduzem a atividade econômica; instabilidade internacional, afetando produção e consumo; mudanças na legislação estadual sobre distribuição do imposto, com aumento para algumas cidades e diminuição para outras; e os próprios efeitos do esquema de corrupção.

"Os prefeitos precisam se atentar: teremos anos muito difíceis para as receitas municipais", alertou Ortolan.

Gedec propõe mudanças para evitar novos escândalos

Diante das falhas identificadas, o Gedec encaminhou à Secretaria da Fazenda propostas para reformular o sistema de ressarcimento de ICMS e aumentar a transparência. Entre as principais medidas sugeridas estão: criação de uma fila única estadual para análise de pedidos; distribuição automática e aleatória dos processos entre fiscais; registro eletrônico completo e auditável das decisões; restrição à atuação repetida do mesmo fiscal para um contribuinte; e uso de painéis de dados para detectar padrões suspeitos.

O órgão também propõe medidas administrativas, como controle biométrico de presença funcional, rotatividade de servidores em áreas sensíveis, auditorias individuais e monitoramento patrimonial de fiscais. Outro ponto central é a criação de critérios mais transparentes para nomeações em cargos estratégicos da área fazendária.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo informou que está colaborando com as investigações e adotando medidas internas para apurar responsabilidades. Além dos afastamentos já realizados, o órgão revisa procedimentos de liberação de créditos de ICMS e reforça mecanismos de controle para evitar novas irregularidades. ■



Coluna: Terra Brasilis

Adinan Ortolan

MARTELO BATIDO

O Amppesp Fomenta continua em Águas de São Pedro, mas muda de endereço. Agora será realizado no hotel mais icônico do interior de SP. O Grande Hotel SENAC estará fechado exclusivamente para o evento municipalista, que ocorrerá de 10 a 12 de novembro.

PREFEITOS NA FAIXA

A estadia no Grande Hotel será gratuita para prefeitos e prefeitas da AMPPESP, com direito a um acompanhante. Mas isso só para o município que estiver em dia com a contribuição da AMPPESP.

NOVOS ELEITOS

A AMPPESP vai levar todos os novos deputados, senadores e governador eleitos, pois esse evento ocorre logo após o segundo turno. É a oportunidade dos gestores municipais conhecerem as novas caras da política paulista ou cumprimentar os reeleitos.

MONITOR OU PROFESSOR

A aprovação da lei federal 15.326/26, que garante direitos aos monitores para equiparação aos professores, está gerando grande demanda nos municípios brasileiros e opondo professores a monitores.

CERNE DO PROBLEMA

O cerne da confusão está no fato de que a lei não esclarece se o direito é exclusivo para quem teve formação em magistério ou Pedagogia exigida no concurso público ou para quem adquiriu essa formação após a contratação via concurso público.

CONTA NÃO FECHA

Os direitos dos monitores não se discutem, e de fato a remuneração dos monitores de creche é baixa na maioria dos municípios. O problema é que a conta não fecha, e a adoção da lei para todos — inclusive para quem fez Pedagogia depois de ser contratado — vai sangrar ainda mais os cofres municipais.

TERCEIRIZAÇÃO

Na prática, essa lei pode incentivar ainda mais o processo de terceirização da contratação de monitores de creche, situação já pacificada pela nova lei trabalhista e pela jurisprudência do STF.

ROYALTIES

Depois de 14 anos, o STF está retomando a discussão sobre a distribuição dos royalties do petróleo, concentrados nos estados e municípios com "testada" nas bacias de perfuração dos poços em alto mar. Essa é uma pauta antiga do movimento municipalista, que defende uma distribuição mais equilibrada entre os municípios.

ROYALTIES II

Municípios como Maricá, Saquarema e Macaé, no RJ, receberam, em 2025, R$ 2,7 bilhões, R$ 2,0 bilhões e R$ 1,4 bilhão, respectivamente. Em SP, o município que mais recebeu foi São Sebastião, com R$ 341 milhões em 2025, segundo a ANP.

SUS PAULISTA

A Amppesp está lançando um movimento para ampliar o SUS Paulista, a fim de financiar as redes municipais de saúde na complementação do pagamento dos procedimentos de média e alta complexidade. Atualmente, o SUS Paulista complementa o pagamento para hospitais filantrópicos e municipais, mas não para procedimentos pagos diretamente pelos municípios, sendo que a maioria é realizada via consórcios intermunicipais. ■



Quer descobrir o seu potencial empreendedor?

Faça Empretec



Em 1 semana de imersão, descubra as 10 características de um empreendedor de sucesso com o **Empretec**, programa da ONU aplicado com exclusividade pelo Sebrae no Brasil.

Transforme-se no seu melhor com o melhor do mundo.

Acesse o QR Code.

Inscreva-se em
empretec.sebraesp.com.br

SEBRAE



A *dama* das contas paulistas

Porque a nova presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é uma unanimidade quando o assunto é eficiência na fiscalização das contas públicas

Lucas Calore

Há mais de cem anos que o poder público do Estado de São Paulo, maior potência entre os entes federativos brasileiros, passou a contar com o seu próprio Tribunal de Contas a fim de fiscalizar e garantir a aplicação dos recursos nos seus municípios. Foi em 1923 que uma lei estadual organizou a criação do TCE-SP, que teve sua primeira sessão no ano seguinte sob o comando do seu primeiro presidente, Jorge Tibiriçá.

Ao TCE compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus municípios e auxiliar o Poder Legislativo no controle externo desses entes federativos. Ao longo das décadas muitos foram os avanços dentro da Corte Paulista. Passando, até mesmo, por alguns anos da sua extinção ao longo da Revolução Constitucionalista.

No entanto, sua vocação e importância não se abalaram e o Tribunal foi restituído em seguida, avançando nos anos que viriam. Ainda que nesse período seus integrantes tenham observado a sociedade crescer e se desenvolver, um fator primordial na luta pela igualdade de gênero demorou quase 90 anos para mudar.

Foi em 2012 que a então auditora Cristiana de Castro Moraes marcou história no país se tornando a primeira conselheira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A indicação, à época, veio do então governador Geraldo Alckmin que analisou a lista tríplice de candidatos à sucessão do então titular do TCE Fúlvio Julião Biazzi.

Natural de Belo Horizonte (MG), Cristiana é mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Direito Penal pela Universidade Católica Dom Bosco, pós-graduada em Direito Público pela Unisal "Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2008), pós-graduada em Contabilidade - Controle Externo pela Universidade Federal do Espírito Santo, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Viçosa.

Na época em que fora indicada por Alckmin, Cristiana era auditora do TCE. Antes, havia sido procuradora do Estado de São Paulo por um ano, controladora de Recursos Públicos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo de maio de 1995 a junho de 2010 e professora efetiva do curso de graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Espírito Santo de março de 1996 a março de 2000.

Seu extenso currículo despertou a atenção na análise do então governador, sob tutela da própria Corte que havia incluído na lista tríplice outros auditores de carreira, como Samy Wurman, bacharel em Direito e em Ciências Econômicas e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, engenheiro eletricista. O nome de Cristiana se sobressaiu gerando ruídos políticos, já que a Assembleia Legislativa de São Paulo defendia na ocasião que a indicação ao cargo ocorresse pelo Legislativo.

A sabatina na Alesp não poderia ter sido melhor. Logo em seu discurso de abertura introduziu um lembrete aos parlamentares: “Pela primeira vez uma mulher foi indicada para o cargo”. Também ressaltou que o Tribunal de Contas é o braço técnico da Assembleia Legislativa e disse que haveria cooperação entre os dois colegiados. Disse, ainda, que o controle é fundamental, e não há democracia sem controle. Também acrescentou que os órgãos de controle vão contribuir para que o tribunal melhore cada vez mais.

Foi o bastante para os parlamentares acatarem sua indicação ao cargo. Desta forma, Cristiana se tornou a primeira conselheira do Tribunal de Contas do Estado. Entretanto, sua forma pelo qual atuou no órgão também mostraram que ela poderia exercer uma liderança ainda maior. Em 2014 se tornou vice-presidente do TCE e no ano seguinte, um novo feito na sua carreira.

Cristiana foi eleita presidente do TCE, marcando a história da Corte como a primeira mulher titular do Tribunal e primeira funcionária de carreira a virar presidente do órgão. Sua posse ocorreu em fevereiro de 2015. O então governador destacou, na época, o fato de ser uma mulher a assumir o cargo, "Dando mais um bom exemplo às mulheres brasileiras que alcançam cada vez mais projeção profissional, respeito e admiração de todos da sociedade", disse na ocasião. ▸





Anos depois, em plena trágica pandemia da Covid-19, Cristiana foi eleita mais uma vez para ser a titular do Tribunal. Em 2020, fora indicada pelos conselheiros e assim assumiu no ano seguinte novamente o cargo em um momento em que as cidades paulistas buscaram alternativas financeiras para enfrentar o período mais grave da doença que atingia a população.

Uma década se passou de quando a conselheira esteve à frente da Corte pela primeira vez. Cristiana, com seu perfil que preza pela capacidade técnica em todos os setores do colegiado, se viu como a grande dama das contas quando em agosto de 2025 foi eleita pela terceira vez como presidente do Tribunal de Contas do Estado.

A admiração do decano das contas

Presidente do Tribunal de Contas do Estado em cinco ocasiões (1997, 2004, 2012, 2018 e 2024), Renato Martins Costa ingressou na Corte paulista em 1994, como representante do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). Hoje o decano do colegiado, Costa acompanha a trajetória da presidente Cristiana desde o início da sua chegada ao TCE.

Na visão do conselheiro decano, a chegada de Cristiana de Castro Moraes à terceira presidência do Tribunal de Contas simboliza mais do que uma transição de comando, representa um marco institucional. Segundo ele, trata-se do "reconhecimento de sua capacidade técnica" aliado a uma atuação conectada com a sociedade e ao "compromisso institucional com a igualdade de gênero", diz à revista Ponto Gov.

A trajetória da conselheira, acompanhada de perto ao longo dos anos, é definida por ele como de "crescente evolução". Cristiana, descreve o decano, é "essencialmente técnica, presente nos debates, firme em suas convicções", características que a colocam como uma figura participativa e inovadora dentro da Corte.

Entre os traços mais marcantes, o decano destaca a firmeza como elemento central de sua personalidade, somada a uma atuação respeitosa e respeitada. "É debatedora respeitada, leal nos seus compromissos, possui técnica apurada", afirma, ressaltando ainda o reconhecimento que ela mantém entre conselheiros e servidores do órgão.

Para ele, o impacto institucional dessa postura é direto: o fortalecimento do Tribunal passa "pelos exemplos de seu comportamento, pela ponderação e, mais uma vez, pela técnica e firmeza". A dama das contas, no campo da liderança, tem um estilo que combina carisma e entusiasmo. "Ela sempre procura provocar seus seguidores, com melhorias na influência, emoção e motivação", conduzindo a equipe rumo a objetivos comuns, diz o conselheiro.

Segundo Renato Martins Costa, a presidência de Cristiana já se concretiza com "um Tribunal presente e voltado para a sociedade, com decisões firmes e exemplares", sendo um reflexo de uma liderança que alia consistência técnica e visão institucional, finaliza.

Dedicação em comum pelo bem público

No dia a dia da atuação no TCE, a dama das contas conta com um apoio que se alicerça através do olhar de um servidor com mais de 50 anos de história no órgão. Sérgio Ciquera Rossi, chefe de gabinete da presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, viu a Corte se transformar ao longo de cinco décadas.

Desde 1989, foi designado Secretário-Diretor Geral da instituição e acompanhou a chegada de Cristiana, inicialmente como auditora de carreira, após "disputado concurso com apenas sete vagas", recorda-se à revista Ponto Gov.

Rossi é figura notável e respeitada. Ao falar sobre a presidente da Corte, fez questão de ressaltar que não só acompanhou "como participei dessa notável evolução [da carreira de Cristiana], já que, como Secretário-Diretor Geral, tive convivência permanente, principalmente para discutir posições na instrução de processos", aponta.

Para ele, a dama das contas, Dra. Cristiana, destaca-se pela convicção que tem em suas posições, o que a torna julgadora obediente aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa. "Sempre presente e atenta a todos os movimentos que presidem a tarefa de julgar, com pleno respeito às práticas de decidir sempre com Justiça", enfatiza.

Para o chefe de gabinete, que convive diariamente com a presidente, o fato de Cristiana ser a primeira e, por enquanto, única mulher a compor o Tribunal "empresta ângulo que mescla entendimentos, em meio a um colegiado até então composto, nos seus 100 anos, de homens. A qualidade de mulher seguramente faz diferença na forma de conceitos sobre questões de interesse coletivo da Corte. Suas opiniões oferecem argumentos que aperfeiçoam nossas atividades", afirma.

Rossi destaca o que é unanimidade entre muitos outros membros do Tribunal de Contas. "A conselheira destaca-se pela condição de ser extremamente participativa e determinada em suas decisões, em especial na condução das decisões tomadas no âmbito de sua responsabilidade de ser 'gerente' do Tribunal", finaliza.

Consistência na teoria e na prática

Na avaliação do advogado Marcelo Palaveri, presidente do Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM) e atuante há décadas no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a trajetória de Cristiana de Castro Moraes é resultado direto de sua base técnica. Ele recorda que a conhece a partir da atuação profissional no próprio Tribunal e resume seu percurso como "fruto de sua capacidade técnica".

Do ponto de vista jurídico, para Palaveri a dama das contas destaca-se em um perfil consistente, construído entre teoria e prática. Para ele, trata-se de uma conselheira com "sólida formação acadêmica e prática, muito focada na administração pública e seu controle", o que se reflete diretamente na forma como conduz os processos.

No cotidiano do controle externo, uma característica se sobressai: "A capacidade de avaliar com técnicas apuradas os processos", algo que, segundo o advogado, reforça a segurança das decisões. Essa percepção se estende também à condução institucional. Ele define a postura da conselheira como "muito adequada", destacando ainda a atuação de sua equipe. "Seu gabinete tem técnicos e funcionários atenciosos e sempre prestativos", parabeniza.

Ao abordar as qualidades que impactam a segurança jurídica das decisões da presidente, Marcelo Palaveri acrescenta um elemento de sensibilidade à análise. Para ele, "a sensibilidade natural da mulher e a forma de olhar para os problemas de ordem social e da comunidade contribuem decisivamente para a qualidade das decisões", afirma.

Sobre Cristiana atuar na presidência pela terceira vez, o advogado observa que há uma continuidade institucional no relacionamento com a advocacia. "A atuação da presidência nos últimos anos tem sido sempre no caminho desse diálogo", afirma, ressaltando que, mesmo com mandatos curtos anuais, há manutenção de um ambiente de "bom relacionamento com a advocacia", conclui.

De mulher para mulher

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres foi nomeada no ano passado pelo governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para exercer, em recondução, o cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCE-SP no biênio 2025-2027, período este que coincide com a terceira presidência de Cristiana à frente da Corte.►



O MPC atua diretamente com o Tribunal de Contas e conta com Feres na sua presidência desde 2023. Até então, foi titular da 7ª Procuradoria de Contas do MPC até se tornar a primeira mulher a assumir o comando do parquet paulista naquele ano. Entre coincidências, de mulher para mulher, as contas públicas do Estado de São Paulo têm ambas como representantes máximas.

À frente do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, a procuradora-geral Letícia Feres construiu, ao longo de mais de uma década, uma relação institucional próxima com a dama das contas, Cristiana — uma convivência que, segundo ela, começou no primeiro dia de trabalho há 14 anos e se transformou em parceria consolidada.

"Desde aquele momento inicial, foi extremamente receptiva e solícita", relembra, destacando que, mesmo no início da carreira, Cristiana já demonstrava "grande experiência e segurança na atuação". Ao longo dos anos, essa relação evoluiu para um ambiente pautado "pelo diálogo, pela colaboração e por uma construção institucional conjunta bastante produtiva".

Na prática do controle externo, Letícia aponta uma sintonia que vai além das atribuições formais. "Há plena convergência de propósitos. Temos objetivos comuns: zelar pelo interesse público e assegurar o bom uso dos recursos públicos", afirma, ressaltando que essa integração fortalece resultados mais consistentes.

Entre as características que mais se destacam na dama das contas, ela menciona a combinação entre técnica e trato humano. Cristiana reúne "sólida formação técnica, firmeza nas decisões, sensibilidade e uma liderança muito consistente", mas, sobretudo, preserva "humildade e simplicidade", mantendo uma postura acessível e aberta ao diálogo.

"Essa combinação entre elevada capacidade técnica e trato humano diferenciado é, sem dúvida, um dos grandes diferenciais de sua atuação", afirma à revista Ponto Gov. Esse perfil se reflete diretamente na dinâmica institucional. Para Letícia, a presidente do TCE atua com "ética, equilíbrio, independência e compromisso público, que orientam sua atuação de forma firme e responsável. Além





disso, sua postura aberta ao diálogo e sua clara visão institucional contribuem para a construção de soluções mais maduras e efetivas, sempre voltadas ao interesse da sociedade", aponta.

Segundo a presidente do MPC, essa combinação de valores fortalece não apenas sua atuação individual, mas também o papel do Tribunal de Contas como instituição essencial ao bom funcionamento da administração pública.

A atual fase, com ambas em posições de liderança, intensificou essa proximidade. "Temos vivenciado uma relação de muita parceria, com diálogo constante, apoio recíproco e construção de ações conjuntas", destaca, citando iniciativas que simbolizam essa integração.

Ao projetar a marca da gestão, Letícia aponta um caminho claro: "um Tribunal mais próximo, mais acessível e mais conectado às realidades", sem abrir mão do rigor técnico. Uma equação que, em suas palavras, "certamente contribuirá para o fortalecimento institucional do Tribunal e para a entrega de resultados mais efetivos à sociedade", aponta.

A respeito da importância de mulheres como ambas ocuparem espaços de poder, Feres afirma que é fundamental tanto do ponto de vista institucional quanto social. "Do ponto de vista institucional, a diversidade de experiências e perspectivas contribui para decisões mais equilibradas, mais sensíveis e mais conectadas com a realidade da sociedade", diz.

Ao mesmo tempo, há um aspecto inspiracional muito relevante. "A ocupação desses espaços por mulheres ajuda a abrir caminhos, a ampliar horizontes e a demonstrar, na prática, que esses lugares também nos pertencem. Trata-se, portanto, não apenas de uma conquista individual, mas de um movimento coletivo de fortalecimento da igualdade de oportunidades e de construção de uma sociedade mais justa", finaliza. ■

CRÉDITO PARA O
SETOR PÚBLICO
COM AS MELHORES TAXAS DO MERCADO

Conheça as opções de crédito que a Desenvolve SP tem para o seu município

Rino & Partners

Consulte agora mesmo o limite pré-aprovado para o seu município

Basta escanear o QR Code ou acessar o site
desenvolvesp.govfacil.app/limites-e-taxas

Fale conosco e solicite seu crédito!

negocios.publico@desenvolvesp.com.br (11) 97256-1038

DESENVOLVE SP
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



A CONTA QUE NÃO FECHA

Com 21,6% da RCL comprometida, municípios operam no limite e assumem o protagonismo — e os riscos — no financiamento da saúde

A pressão sobre os cofres municipais para financiar a saúde pública no Brasil atingiu um nível crítico. Mesmo com a obrigatoriedade constitucional de aplicar ao menos 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), as prefeituras seguem destinando muito mais do que o mínimo exigido para garantir o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O resultado é um cenário de sobrecarga financeira que se intensifica ano após ano e levanta alertas sobre a sustentabilidade do modelo atual.

Dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostram que, em 2024, os municípios aplicaram, em média, 21,6% de suas receitas em ações e serviços públicos de saúde — percentual "consideravelmente acima do mínimo constitucional, de 15%". Em termos absolutos, a despesa alcançou R$ 160,6 bilhões, crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Desse total, R$ 57,4 bilhões foram gastos acima do piso obrigatório, evidenciando o esforço adicional dos gestores locais para manter e ampliar o atendimento à população.

Esse comprometimento elevado não é pontual. Segundo a entidade, desde 2019 os municípios já aplicaram R$ 272,3 bilhões acima da obrigação constitucional, o que corresponde a 55% de todo o gasto excedente realizado pelos entes federados no período.

A distribuição desses gastos também revela a dimensão do problema.

Em 2024, 1.271 municípios informaram ter aplicado mais de 25% de suas receitas em saúde, enquanto 362 destinaram o equivalente ao dobro do mínimo exigido. Para a CNM, esses dados "evidenciam um padrão de comprometimento orçamentário elevado por parte dos entes municipais, com potenciais repercussões sobre a sustentabilidade fiscal local".

Municípios assumem protagonismo no financiamento

O aumento das despesas vem acompanhado de uma mudança estrutural no financiamento da saúde pública. Estudo da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) mostra que, ao longo das últimas décadas, a participação da União diminuiu, enquanto a dos municípios cresceu de forma consistente.

Em 2002, o governo federal respondia por 52,4% do financiamento da saúde. Em 2024, esse percentual caiu para 41%. No mesmo período, a participação dos municípios subiu de 25,5% para 33,8%.

A CNM também aponta que os recursos próprios passaram a ter peso maior no custeio. Entre 2020 e 2024, a proporção das despesas municipais financiadas com receitas locais aumentou de 51,7% para 54,2%, enquanto as transferências de outras esferas recuaram de 44,4% para 41,9%.

Na prática, isso significa que os municípios estão assumindo uma parcela cada vez maior da conta, muitas vezes sem a correspondente ampliação das receitas.

Estrutura de gastos limita capacidade de investimento

Outro dado relevante é o perfil das despesas. Em 2024, a despesa total com saúde no país chegou a R$ 320,6 bilhões, com crescimento de 13,3% em relação ao ano anterior. Desse montante, 96,5% foram destinados ao custeio da máquina pública — como pagamento de pessoal, contratos e manutenção — e apenas 3,5% a investimentos.

A maior parte dos recursos se concentra em duas áreas: assistência hospitalar e ambulatorial, que responde por 45,4% dos gastos (R$ 145 bilhões), e atenção primária, com 36,5% (R$ 117 bilhões). Ou seja, cerca de R$ 82 a cada R$ 100 investidos em saúde são direcionados a esses dois blocos. Essa estrutura reduz a margem para expansão e modernização da rede, dificultando ganhos de eficiência no médio e longo prazo.

Pequenos municípios enfrentam maior pressão

A situação é ainda mais delicada nos municípios de pequeno porte. Cidades com menos de 50 mil habitantes financiam, em média, 51,6% das despesas de média e alta complexidade com recursos próprios — percentual superior ao observado em municípios médios (42%) e grandes (39,5%).

Além disso, a ausência de escala eleva os custos per capita. Em localidades muito pequenas, o gasto pode chegar a R$ 3.911 por habitante, mais que o dobro do registrado em grandes centros urbanos.

Esse cenário ajuda a explicar por que quase metade dos municípios brasileiros encerrou o último período em déficit primário, pressionada pelo crescimento das despesas de custeio e pessoal acima da arrecadação.

Emendas parlamentares mudam dinâmica do financiamento

Nos últimos anos, as emendas parlamentares passaram a desempenhar papel central no financiamento da saúde municipal. Um estudo recente da CNM aponta que a participação dessas emendas nas dotações do Ministério da Saúde destinadas aos municípios saltou de 5%, em 2016, para quase 17% atualmente. Para 2026, a previsão é de R$ 61,8 bilhões em emendas aprovadas, sendo cerca de 77% direcionadas aos municípios.

Apesar do reforço financeiro, a entidade alerta para distorções. A maior parte dos recursos — cerca de 96% — é utilizada para custeio, enquanto apenas 4% vão para investimentos. Além disso, por serem verbas eventuais, não garantem continuidade. ▸



A balança do SUS: enquanto a União reduz gradativamente sua participação financeira, os municípios brasileiros arcam com uma carga fiscal cada vez maior para garantir a saúde da população, ultrapassando os 21,6% de sua Receita Corrente Líquida
Imagem gerada por IA

A CNM destaca que "o uso de emendas para custear serviços permanentes cria um risco de desassistência caso o recurso não seja renovado no ano seguinte". Outro ponto crítico é a desigualdade na distribuição, frequentemente baseada em critérios políticos e não técnicos, o que gera disparidades entre municípios com perfis semelhantes.

Alternativas ganham espaço: telessaúde e consórcios

Diante da escalada de custos, gestores municipais têm buscado soluções para aumentar a eficiência sem comprometer o atendimento. Duas estratégias têm se destacado: a telessaúde e os consórcios intermunicipais.

A telessaúde, regulamentada em 2022 e impulsionada pela pandemia de Covid-19, vem se consolidando como ferramenta relevante. Segundo dados da Saúde Digital Brasil, o país já contabiliza 3,1 milhões de atendimentos remotos.

Embora o custo direto de uma teleconsulta possa ser ligeiramente superior — cerca de 4,5% —, estudos indicam economia sistêmica de até 15%, principalmente pela redução de deslocamentos, internações evitáveis e tempo de espera.

No estado de São Paulo, a iniciativa já envolve instituições como Unifesp, USP e outras entidades. Em 2025, foram registrados 629 teleatendimentos em 55 estabelecimentos de saúde distribuídos em 17 municípios. Apesar dos avanços, apenas 10% das cidades brasileiras oferecem esse tipo de serviço, o que revela um amplo potencial de expansão.

Já os consórcios intermunicipais permitem que municípios compartilhem estrutura e custos, gerando economia de escala. A compra conjunta de medicamentos, a contratação de serviços especializados com base na tabela SUS e o uso compartilhado de equipamentos são algumas das vantagens.

Além de reduzir despesas, o modelo melhora o acesso da população a serviços de média e alta complexidade, especialmente em regiões com menor capacidade instalada.

Pressões adicionais no horizonte

O cenário fiscal dos municípios pode se tornar ainda mais desafiador com propostas legislativas que ampliam despesas obrigatórias. A CNM estima que a criação de um piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas pode gerar impacto de R$ 17,4 bilhões por ano. Já a redução de jornada e aposentadorias especiais para agentes comunitários também representa custos significativos: R$ 5,9 bilhões e R$ 69,9 bilhões por ano, respectivamente.



Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) - Foto: Divulgação/CNM

Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, essas medidas aumentam a pressão sobre os cofres locais, especialmente quando não há compensação financeira por parte da União. "As propostas legislativas, gestadas em Brasília e sem qualquer participação dos entes locais, impactam diretamente os gastos municipais", afirma.

De acordo com ele, a entidade tem atuado para minimizar o impacto dos projetos. "A CNM, ciente dessa situação e dos impactos para as contas municipais, já fragilizadas, tem atuado na defesa de medidas para mitigar os efeitos dessas propostas", informa Ziulkoski.

O presidente cita como exemplo a defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/2022, que visa aumentar em 1,5% o repasse da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), especificamente no mês de março. "Esse novo adicional garante mais de R$ 13 bilhões por ano aos cofres municipais", declara Ziulkoski, ressaltando que a confederação elaborou estudo com várias medidas que impactam os municípios, além de propostas defendidas pela entidade para atenuar os efeitos dessas políticas.



Os dados mostram que os municípios já operam no limite de sua capacidade financeira para manter o SUS
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Sustentabilidade em debate

Com o orçamento do SUS projetado em cerca de R$ 271 bilhões em 2026 e crescimento dos repasses federais, especialmente para a atenção primária, o desafio central permanece: como equilibrar o financiamento entre os entes federativos.

Os dados mostram que os municípios já operam no limite de sua capacidade financeira. Nesse contexto, a combinação entre inovação tecnológica, cooperação regional e revisão do pacto federativo aparece como caminho necessário para garantir a sustentabilidade do sistema.

Para os gestores públicos, o recado é claro: sem mudanças estruturais, a tendência é de agravamento da pressão fiscal — e risco crescente para a continuidade dos serviços de saúde. ■

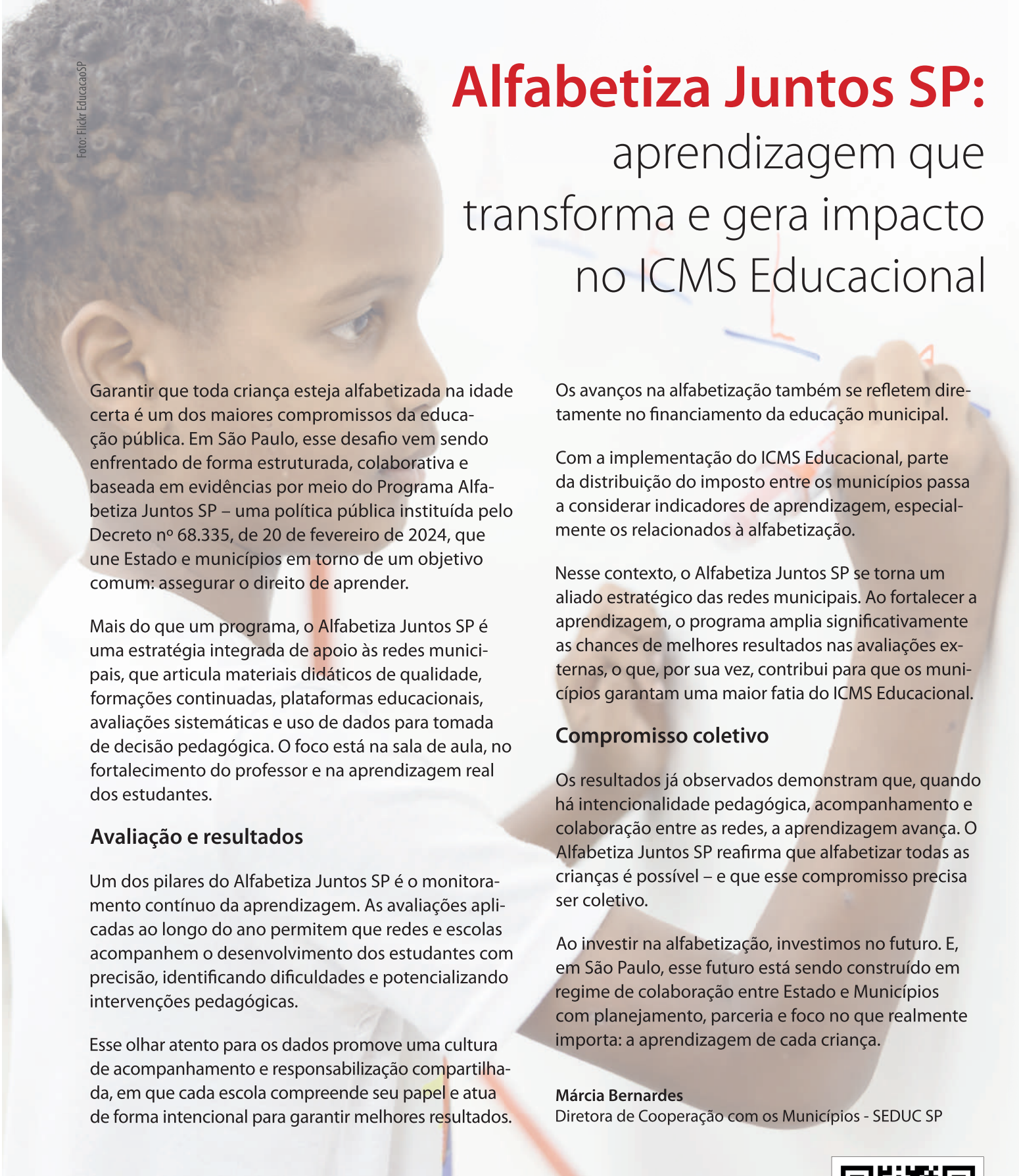


Foto: Flickr EducacaoSP

Alfabetiza Juntos SP: aprendizagem que transforma e gera impacto no ICMS Educacional

Garantir que toda criança esteja alfabetizada na idade certa é um dos maiores compromissos da educação pública. Em São Paulo, esse desafio vem sendo enfrentado de forma estruturada, colaborativa e baseada em evidências por meio do Programa Alfabetiza Juntos SP – uma política pública instituída pelo Decreto nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, que une Estado e municípios em torno de um objetivo comum: assegurar o direito de aprender.

Mais do que um programa, o Alfabetiza Juntos SP é uma estratégia integrada de apoio às redes municipais, que articula materiais didáticos de qualidade, formações continuadas, plataformas educacionais, avaliações sistemáticas e uso de dados para tomada de decisão pedagógica. O foco está na sala de aula, no fortalecimento do professor e na aprendizagem real dos estudantes.

Avaliação e resultados

Um dos pilares do Alfabetiza Juntos SP é o monitoramento contínuo da aprendizagem. As avaliações aplicadas ao longo do ano permitem que redes e escolas acompanhem o desenvolvimento dos estudantes com precisão, identificando dificuldades e potencializando intervenções pedagógicas.

Esse olhar atento para os dados promove uma cultura de acompanhamento e responsabilização compartilhada, em que cada escola compreende seu papel e atua de forma intencional para garantir melhores resultados.

Os avanços na alfabetização também se refletem diretamente no financiamento da educação municipal.

Com a implementação do ICMS Educacional, parte da distribuição do imposto entre os municípios passa a considerar indicadores de aprendizagem, especialmente os relacionados à alfabetização.

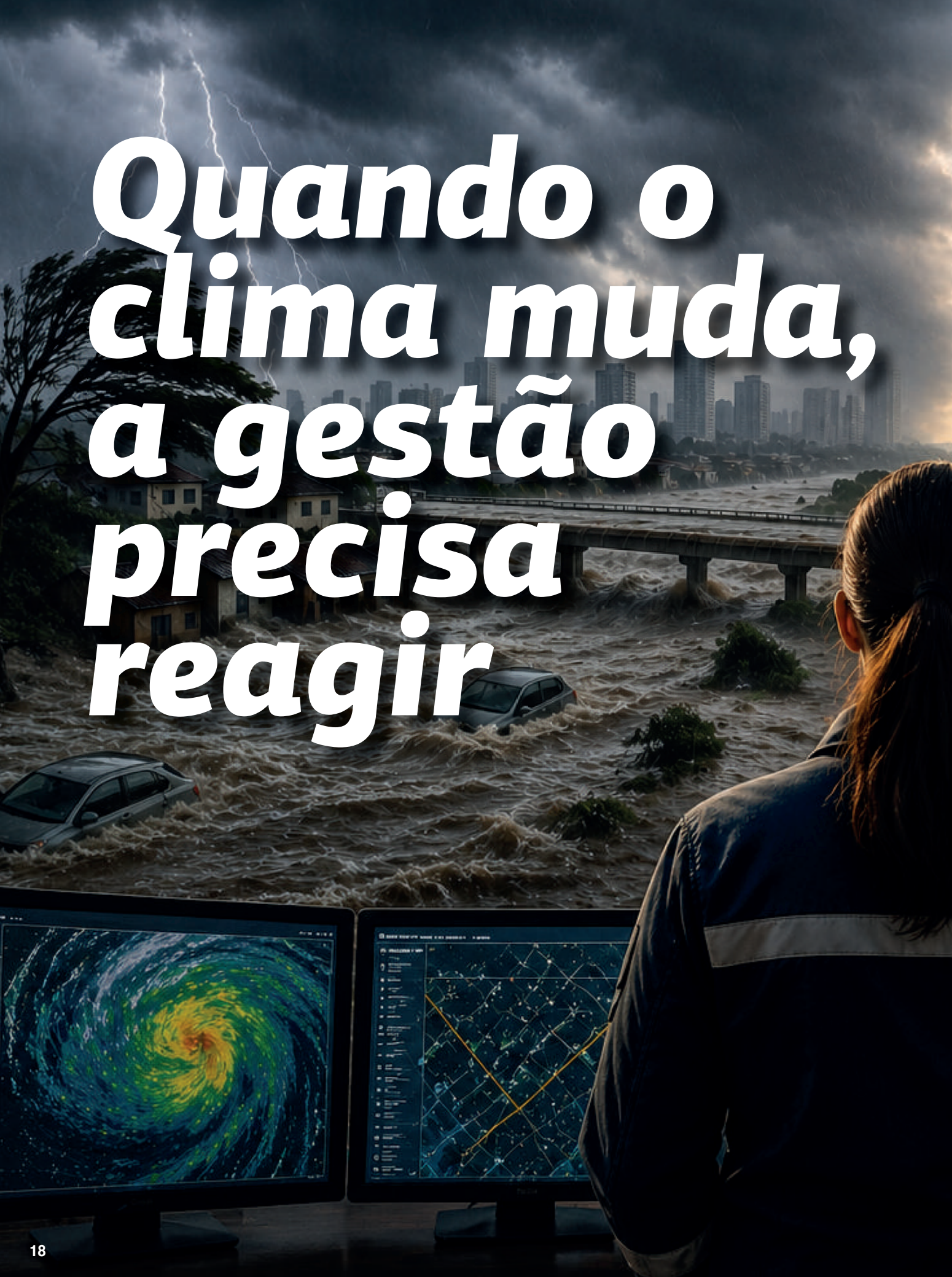
Nesse contexto, o Alfabetiza Juntos SP se torna um aliado estratégico das redes municipais. Ao fortalecer a aprendizagem, o programa amplia significativamente as chances de melhores resultados nas avaliações externas, o que, por sua vez, contribui para que os municípios garantam uma maior fatia do ICMS Educacional.

Compromisso coletivo

Os resultados já observados demonstram que, quando há intencionalidade pedagógica, acompanhamento e colaboração entre as redes, a aprendizagem avança. O Alfabetiza Juntos SP reafirma que alfabetizar todas as crianças é possível – e que esse compromisso precisa ser coletivo.

Ao investir na alfabetização, investimos no futuro. E, em São Paulo, esse futuro está sendo construído em regime de colaboração entre Estado e Municípios com planejamento, parceria e foco no que realmente importa: a aprendizagem de cada criança.

Márcia Bernardes
Diretora de Cooperação com os Municípios - SEDUC SP



Quando o clima muda, a gestão precisa reagir


Eventos extremos exigem planejamento, tecnologia e integração entre órgãos para proteger vidas e reduzir prejuízos nas cidades



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil







Foto: Prefeitura de São Sebastião

O avanço das mudanças climáticas tem transformado a agenda dos municípios brasileiros, exigindo investimentos urgentes em prevenção, monitoramento e resposta a desastres.

Diante do aumento de eventos extremos — como chuvas intensas e queimadas —, prefeituras têm reforçado suas Defesas Civis, revisado planos urbanos e buscado apoio técnico e financeiro de estados e União para proteger a população e reduzir impactos socioeconômicos.

A intensificação de fenômenos climáticos extremos tem colocado a Defesa Civil no centro das estratégias de gestão pública. Chuvas torrenciais, deslizamentos, secas prolongadas e incêndios florestais deixaram de ser eventos isolados e passaram a exigir respostas estruturadas e permanentes.

O governo de São Paulo anunciou recentemente um pacote de cerca de R$ 195 milhões para fortalecer ações de proteção e defesa civil, incluindo novos radares meteorológicos, obras de prevenção e aquisição de equipamentos.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas, o investimento em tecnologia é essencial para salvar vidas. “Estamos usando a tecnologia a nosso favor para melhorar a precisão das previsões e estruturar as comunidades para agir com rapidez”, afirmou.

Planejamento urbano e capacidade técnica são desafios

Especialistas apontam que a adaptação climática começa pelo planejamento. De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), a integração entre Plano Diretor e políticas climáticas é fundamental para garantir cidades mais resilientes.

Um estudo realizado em parceria com o Cebrap revelou um problema crítico: a falta de arquitetos e urbanistas nos quadros das prefeituras paulistas. Essa lacuna compromete a elaboração de projetos técnicos e dificulta o acesso a recursos públicos. “A crise climática exige respostas estruturais, integrando planejamento urbano, políticas públicas e conhecimento técnico”, destaca o órgão.

São Sebastião: da tragédia à reconstrução

Um dos exemplos mais emblemáticos dos impactos climáticos recentes ocorreu em São Sebastião, que registrou, em fevereiro de 2023, o maior volume de chuva já medido no país em 24 horas. O desastre provocou deslizamentos que deixaram 64 mortos e centenas de desabrigados.

Após a tragédia, o município reformulou sua atuação em Defesa Civil. Entre as medidas adotadas estão: implantação de sistemas de alerta sonoro (Sisar); uso de tecnologia de envio de mensagens emergenciais; revisão de planos de risco e contingência; realização de simulados de evacuação; e programas de educação preventiva nas escolas.

Em nota, a prefeitura destacou que o evento mudou a percepção de risco e reforçou a necessidade de integração entre os entes públicos. “A magnitude do desastre evidenciou a importância de aprimorar ações preventivas e de resposta a emergências”, informou.



Foto: Vítor Vasconcelos/Secom-PR

Plano Clima amplia recursos e metas nacionais

No âmbito federal, o governo lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), com previsão de R$ 27,5 bilhões em investimentos apenas em 2026.

A estratégia estabelece metas para que estados e ao menos 35% dos municípios tenham planos de adaptação até 2035, reforçando a necessidade de planejamento local alinhado às diretrizes nacionais.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a meta é reduzir entre 59% e 67% as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035, em relação a 2005.

Capacitação e boas práticas ganham espaço

Além de investimentos, a qualificação dos gestores é apontada como fator decisivo. O CAU-SP promoverá, em junho de 2026, a Escola Política do Território, voltada à capacitação de técnicos e gestores municipais para captação de recursos e formulação de políticas climáticas.

A entidade também lançou uma premiação para incentivar boas práticas em adaptação climática, criando um banco de projetos replicáveis entre municípios.

Gestores precisam agir com urgência

O cenário deixa claro que as mudanças climáticas já impactam diretamente a gestão municipal, exigindo respostas rápidas e estruturadas.

Investir em Defesa Civil, planejamento urbano e capacitação técnica deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade estratégica para garantir segurança, acesso a recursos e sustentabilidade das cidades.

Para prefeitos e gestores, o desafio é transformar prevenção em política pública permanente — antes que novos eventos extremos imponham custos ainda maiores à população e aos cofres municipais. ■

Foto: Defesa Civil de São Sebastião



Foto: Pablo Jacob/Governo do Estado de SP



Solenidade também foi marcada por anúncios de parcerias e convênios

ANO ELEITORAL:
o que órgãos públicos podem e não podem fazer sem violar a lei



Entrevista com o advogado Ricardo Vita Porto detalha as principais vedações impostas pela legislação eleitoral em 2026 e alerta: usar a máquina pública fora das regras pode levar à cassação de candidaturas

Em ano eleitoral, a linha entre gestão pública e campanha política precisa ser rigorosamente respeitada. As regras que limitam a atuação de órgãos públicos em 2026 já estão em vigor e não se restringem ao período oficial de campanha.

Segundo o advogado Ricardo Vita Porto, especialista em Direito Eleitoral e Processual, o descumprimento dessas normas pode comprometer não apenas gestores, mas também candidatos beneficiados. "O gestor que aguardar o início oficial das campanhas para se preocupar com as vedações eleitorais já chegará atrasado", afirma.

O que é proibido — e por quê

As chamadas condutas vedadas estão previstas principalmente na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e visam garantir igualdade entre os candidatos. Na prática, isso significa impedir o uso da estrutura pública em benefício político.

Entre as principais proibições estão:

- Uso de bens, servidores e serviços públicos para campanhas;
- Distribuição gratuita de benefícios fora das exceções legais;
- Realização de inaugurações com presença de candidatos ou shows pagos com dinheiro público;
- Uso promocional de programas assistenciais.

"O apoio político é legítimo. O que a lei proíbe é que esse apoio se faça com recursos, pessoal ou estrutura da prefeitura", explica Vita Porto.

As vedações intuitivas: estrutura e pessoal

A regra de ouro é a separação absoluta entre o que é público e o que é eleitoral. Veículos oficiais, imóveis da prefeitura, equipamentos e sistemas de informação estão terminantemente proibidos de servir a comitês ou campanhas. O mesmo vale para servidores: nenhum pode ser desviado de seu expediente para trabalhar em prol de candidatos.

Algumas situações exigem análise cuidadosa, pois não são automaticamente ilegais, mas podem se tornar infrações dependendo da intenção.

É o caso da publicidade institucional, nomeações e divulgação de ações governamentais. Em 2026, como não há eleição municipal, as prefeituras não estão sujeitas a todas as restrições — mas isso não significa liberdade total.

"O gestor municipal que usar o espaço institucional como palanque para aliados está pisando em terreno perigoso", alerta o especialista.

Quando as restrições passam a valer

Um dos equívocos mais comuns é acreditar que as regras só começam durante a campanha. Na prática, muitas já estão em vigor desde 1º de janeiro de 2026. Outras entram em cena três meses antes do pleito — em 5 de julho —, como:

- Proibição de transferências voluntárias de recursos;
- Restrições a nomeações e exonerações;
- Limitações à publicidade institucional.

"Parte das restrições já está valendo. E as que ainda não entraram em vigor chegam antes mesmo de qualquer candidato ir às ruas", destaca Vita Porto.

Comunicação pública: informar ou promover?

Um dos pontos mais sensíveis é diferenciar informação de interesse público de propaganda eleitoral disfarçada. Segundo Vita Porto, três critérios ajudam nessa distinção:

- Impessoalidade: evitar nomes, imagens ou promoção de autoridades;
- Necessidade: a informação deve ser útil ao cidadão;
- Contexto: proximidade com a eleição pode alterar a interpretação.

O advogado alerta: "Se o conteúdo puder ser usado, sem alterações, em material de campanha, é sinal de que algo está errado".

O preço da imprudência

O descumprimento dessas regras não resulta apenas em "puxões de orelha" administrativos. As sanções são pesadas e podem atingir tanto quem ajuda quanto quem é ajudado.

- Multas: podem chegar a até R$ 100 mil.
- Cassações: risco de perda do registro de candidatura ou do diploma do eleito.
- Inelegibilidade: enquadramento por abuso de poder político, afetando futuras disputas.

O erro mais comum dos gestores

Para o especialista, o principal risco está na subestimação das regras — especialmente em cidades menores, onde a proximidade política é maior. Outro problema frequente é o chamado "fogo amigo": quando o gestor tenta ajudar um candidato aliado e acaba cometendo irregularidades. "A boa intenção vira um problema jurídico sério — e pode levar à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado, diz.

Ética e transparência como guia

Mais do que cumprir formalidades legais, as vedações eleitorais reforçam princípios fundamentais da administração pública, como impessoalidade, moralidade e transparência.

Em um cenário de maior fiscalização e judicialização, agir com cautela não é apenas uma obrigação — é uma estratégia de proteção institucional. "O caminho mais seguro é buscar orientação jurídica especializada antes das decisões, não depois. No Direito Eleitoral, prevenir é sempre mais eficiente do que remediar", conclui Ricardo Vita Porto. ■

PontoGov chega com protagonismo no cenário paulista

Primeira edição da revista da Amppesp ganha repercussão entre lideranças políticas, gestores e empresários do Estado de São Paulo

A chegada da revista PontoGov ao cenário editorial já mostra que o projeto nasceu com alcance e relevância. A primeira edição, lançada em dezembro de 2025, foi bem recebida pelos leitores e rapidamente ganhou circulação entre importantes lideranças políticas, institucionais e empresariais do Estado de São Paulo.

Com uma proposta editorial voltada à gestão pública, ao municipalismo e a temas estratégicos para as cidades, a publicação, idealizada pela Amppesp (Associação dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Estado de São Paulo), conquistou espaço logo na estreia — não apenas nas mãos de gestores, mas também em ambientes de decisão.

A distribuição institucional, realizada pessoalmente pelo presidente da Amppesp, Adinan Ortolan, e por Bruno Oliveira, secretário executivo da entidade, reforçou essa capilaridade. “A ideia é mostrar aos leitores que a PontoGov já nasceu com capilaridade, já foi entregue a diversas personalidades públicas do Estado. É a revista existir, ser entregue e ser consumida”, destacou Bruno Oliveira.





O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab — capa da PontoGov — recebeu a revista em mãos. Da esquerda para a direita: Bruno Oliveira, Lincoln Magalhães, Kassab, Adinan Ortolan e Guto Magalhães

Entre os nomes que receberam a publicação estão figuras de destaque do cenário político e institucional, como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, o deputado estadual Itamar Borges e o chefe de relações institucionais da Fiesp, Sergio Barbour. A revista também chegou às mãos de Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD e capa da primeira edição.

No meio empresarial e jurídico, a publicação foi entregue ao Dr. Thomas Law, presidente do Ibrachina, durante evento realizado no Mercado Municipal de São Paulo, reforçando a conexão da revista com diferentes setores estratégicos.

Representantes do município de Laranjal Paulista também estiveram entre os leitores que receberam o exemplar em mãos, evidenciando o alcance regional da publicação, alinhado ao público-alvo da revista.

A boa recepção da primeira edição indica que a PontoGov chega ao mercado editorial com posicionamento claro: ser uma ponte entre informação, gestão pública e tomada de decisão.▸



Sergio Barbour, chefe de Relações Institucionais da Fiesp e ex-secretário de estado, recebe a revista PontoGov de Bruno Oliveira, secretário executivo da Amppespz





Deputado estadual Itamar Borges e Bruno Oliveira com a revista PontoGov





O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, recebeu a revista PontoGov entregue por Bruno Oliveira





Representantes do município de Laranjal Paulista



Dr. Thomas Law, presidente do Ibrachina, e equipe do Ibrachina Futebol Clube receberam a revista em evento no Mercado Municipal de São Paulo

Crédito que transforma cidades: a Desenvolve SP impulsiona o futuro dos municípios paulistas





Transformar planejamento em realidade é um dos maiores desafios da gestão pública, e é justamente nesse ponto que o crédito estruturado se torna um aliado estratégico. Com a Desenvolve SP, os municípios paulistas têm acesso a soluções financeiras que garantem mais agilidade, previsibilidade e velocidade para tirar projetos do papel e acelerar investimentos essenciais.

É assim que a Desenvolve SP se consolida como parceira estratégica das prefeituras. Agência de fomento do Governo do Estado de São Paulo, a instituição atua para viabilizar recursos que transformam projetos em entregas concretas para a população. Mais do que financiar obras, seu papel **é impulsionar iniciativas que melhoram a qualidade de vida, fortalecem a economia local e geram emprego e renda.**

Com linhas de crédito direcionadas ao setor público, a Desenvolve SP apoia investimentos em **infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e sustentabilidade**, sempre com foco em resultados reais. O impacto é sentido no dia a dia da cidade: serviços mais eficientes, espaços urbanos mais qualificados e melhores condições para atrair novos investimentos, tudo isso com responsabilidade fiscal.

E o apoio vai além do financiamento.

Muitos gestores sabem onde querem chegar, mas encontram desafios na hora de estruturar tecnicamente seus projetos. Para apoiar essa etapa decisiva, a Desenvolve SP firmou parceria com o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)**. Desde o diagnóstico até a elaboração do projeto, passando pela definição das melhores soluções e estimativa de custos, o suporte técnico garante mais segurança, agilidade e eficiência. Com projetos bem estruturados, o acesso ao crédito torna-se mais simples, assertivo e estratégico.

Quando **crédito e suporte técnico caminham juntos**, os resultados aparecem e fazem a diferença na vida das pessoas.

Em **Iracemápolis,** o financiamento impulsionou obras de saneamento que já começam a transformar a cidade, com melhorias na eficiência do tratamento de água e esgoto e ampliação da capacidade de abastecimento. Em **Olímpia**, a modernização da iluminação pública reduziu custos de energia e aumentou a eficiência, com reflexos positivos inclusive na segurança. Já em **Monções,** a implantação de placas solares em prédios públicos transformou a matriz energética local: hoje o município conta com oito usinas fotovoltaicas, reduzindo gastos e impactos ambientais.

São exemplos concretos de como o **crédito certo, aplicado com planejamento,** gera benefícios diretos para a população e fortalece a gestão municipal.

A Desenvolve SP também avança de forma pioneira na oferta de soluções que elevam o padrão dos investimentos públicos. É a **primeira agência de fomento do país a operar o FIIS (Fundo de Investimento em Infraestrutura Social),** voltado a projetos de **alto impacto nos municípios**. O primeiro projeto, em Registro, já prevê nova UBS, construção de escola e ampliação de unidades de ensino. Mais estrutura, mais qualidade de vida e mais desenvolvimento para a população.

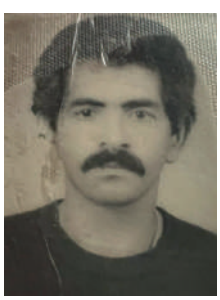
Assim, a Desenvolve SP reforça seu papel como parceira estratégica do municipalismo paulista, transformando projetos em resultados concretos.

Porque, no fim, **investir no município é investir nas pessoas**, e transformar projetos em realidade é o que constrói cidades mais eficientes, resilientes e preparadas para o futuro.



Yves Ribeiro: o prefeito dos sete mandatos

Com passagens por três cidades da Região Metropolitana do Recife, político acumula recorde de mandatos consecutivos



Sete mandatos consecutivos como prefeito em três cidades diferentes não são apenas um feito raro — são um marco na política brasileira. É essa a trajetória de Yves Ribeiro, que, ao longo de mais de 50 anos de vida pública, construiu uma carreira baseada na presença constante nas urnas e na administração de municípios estratégicos da Região Metropolitana do Recife.

Das origens à política

Natural de Igarassu, Yves iniciou sua trajetória política em 1976, quando foi eleito vereador com votação expressiva. Ainda jovem, viveu momentos de tensão durante o regime militar, incluindo um atentado que quase lhe custou a vida — episódio que marcou o início de uma carreira pautada pela atuação em movimentos sociais, sindicais e em defesa da democracia.

A ascensão ao Executivo veio em 1982, quando se tornou o primeiro prefeito de Itapissuma, município recém-emancipado. Ele retornaria ao cargo anos depois, consolidando sua liderança local. Em seguida, governou Igarassu por dois mandatos consecutivos, antes de alcançar projeção regional ao ser eleito prefeito de Paulista, onde também foi reeleito — sendo o primeiro prefeito reeleito da história da cidade — e, anos depois, voltaria para um terceiro mandato.

Essa sequência ininterrupta o tornou conhecido nacionalmente como o prefeito com o maior número de mandatos consecutivos no Brasil. Ao longo desse período, Yves Ribeiro esteve à frente de cidades com perfis distintos, ampliando sua atuação administrativa e consolidando uma marca política associada à adaptação a diferentes realidades urbanas.

De acordo com ele, o segredo para governar é ouvir o povo, gastar menos do que se arrecada e administrar com honestidade. "É melhor errar com o povo do que acertar sem ele", afirma.

Gestão social e políticas públicas

Entre os principais feitos de sua gestão estão iniciativas pioneiras na área social, como programas de combate à evasão escolar, ações de saúde preventiva e políticas de segurança alimentar. Projetos como o "Barriga Cheia" e a criação de agentes de saúde escolar ajudaram a enfrentar problemas estruturais, contribuindo para a redução da mortalidade infantil e para a melhoria das condições de vida em comunidades vulneráveis.

Na área administrativa, também se destacou pela adoção de mecanismos de controle e transparência, como a criação antecipada de estruturas de fiscalização interna. Ao longo da carreira, teve todas as suas contas públicas aprovadas — dado frequentemente citado como símbolo de sua gestão.

Além dos cargos eletivos, Yves Ribeiro acumulou experiência no Executivo estadual, atuando como secretário e chefe de gabinete, ampliando sua articulação política e administrativa.

Um ciclo que se renova

Após encerrar seu sétimo mandato em 2024, o político pernambucano se afastou temporariamente da vida pública. Em 2026, no entanto, voltou a se filiar ao MDB, legenda que marcou o início de sua carreira, indicando uma retomada gradual de sua atuação política, agora como pré-candidato a deputado federal.

Aos 77 anos, Yves Ribeiro carrega uma trajetória que se confunde com a própria dinâmica política da região onde atuou. O mesmo nome que acumulou sete mandatos consecutivos como prefeito volta agora ao cenário público, fechando um ciclo que começou há cinco décadas — e sugerindo que sua história política ainda não chegou ao fim. ■













Caravana Federativa e seminário colocam gestão pública em movimento em SP



Fotos: Amppesp

Eventos reuniram centenas de prefeitos e especialistas, com anúncios de investimentos, capacitação técnica e foco no uso estratégico da tecnologia

São Paulo sediou, em março de 2026, dois eventos estratégicos para o fortalecimento da gestão pública municipal: a 17ª Caravana Federativa, realizada nos dias 19 e 20 no Expo Center Norte, e o 3º Seminário Técnico promovido pela Amppesp, no dia 31, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

As iniciativas reuniram prefeitos, gestores e autoridades com o objetivo de ampliar a cooperação entre União e municípios, facilitar o acesso a políticas públicas e discutir os principais desafios da administração local. Em pauta, temas como inovação, controle fiscal e uso responsável da tecnologia.

Entre os destaques, estiveram os cinco anos de vigência da Nova Lei de Licitações, os impactos das recentes mudanças legislativas na rotina administrativa e o papel dos Tribunais de Contas no aprimoramento da gestão municipal. ▸

Caravana Federativa: i ntegração e acesso a recursos

Promovida pelo Governo Federal em parceria com a Amppesp, a 17ª Caravana Federativa reuniu representantes de mais de 400 municípios paulistas em uma agenda voltada à aproximação entre gestores locais e órgãos federais. O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura.

Com estrutura de atendimento direto, a Caravana concentrou ministérios, autarquias e bancos públicos em um único espaço, facilitando o acesso a serviços, orientações técnicas e à liberação de convênios. A proposta é acelerar investimentos e aprimorar a execução de políticas públicas nos municípios. Entre os anúncios, destacaram-se a entrega de ambulâncias do Samu, equipamentos para Unidades Básicas de Saúde, ampliação de cirurgias pelo SUS, moradias de programa habitacional federal e a aquisição de ônibus elétricos para o transporte público na capital.

Também foram apresentados investimentos em inclusão digital, com doação de computadores; apoio à agricultura familiar; crédito para transição energética; e iniciativas nas áreas de logística, reciclagem e navegação.



"A gente vem aqui para você ser atendido. Isso aqui é o Poupatempo das prefeituras", afirmou o presidente Lula, ao destacar o caráter prático da iniciativa.

Além dos serviços, a Caravana funcionou como espaço estratégico de articulação institucional, promovendo diálogo direto entre gestores municipais e o Governo Federal, com foco em eficiência e ampliação de investimentos.

Seminário Técnico: capacitação e desafios

Complementando a agenda, o 3º Seminário Técnico da Amppesp reuniu público recorde no auditório da Fiesp, na Avenida Paulista. O encontro consolidou-se como espaço de atualização para prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e técnicos, com debates sobre controle fiscal, inovação e boas práticas administrativas.

Entre os destaques estiveram a participação da presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Cristiana de Castro Moraes, e da procuradora-geral do Ministério Público de Contas (MPC-SP), Letícia Matuck Feres.

Também participaram lideranças como Gilberto Kassab e Paulo Skaf, além de especialistas como Marcelo Palaveri, advogado do TCE-SP; Adib Kassouf, dirigente da OAB-SP; Débora Solto, vice-presidente da APM-SP; e Matheus Gregorini, diretor-presidente da Fipe.

Tribunal de Contas reforça papel orientador

Durante o seminário, representantes do sistema de controle externo reforçaram o papel orientador do Tribunal de Contas e a importância do uso de dados na administração municipal.

A conselheira Cristiana de Castro Moraes afirmou que o órgão deve atuar como parceiro dos gestores, indo além da função fiscalizadora. Segundo ela, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) deve ser utilizado como instrumento de apoio ao planejamento e à correção de falhas. "A intenção do tribunal é atuar como um parceiro do bom gestor, orientando os prefeitos e premiando boas ações", destacou. Cristiana também ressaltou a relevância das controladorias internas e ouvidorias como fontes estratégicas de informação, defendendo sua integração aos processos decisórios e o fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação nas prefeituras. ▸



Fotos: TCE-SP




















CARAVANA
FEDERATIVA
O Governo do Brasil ainda mais perto de você.



Foto: Roberta Aline / MDS

Já a procuradora-geral do MPC-SP, Letícia Feres, enfatizou o papel do IEG-M como ferramenta para aprimorar a gestão diante dos desafios contemporâneos. “Estamos na era da inteligência artificial e dos dados. O IEG-M não serve apenas ao controle externo, mas como um guia para o gestor que quer acertar e melhorar seus resultados”, afirmou.

Segundo ela, o avanço tecnológico tem transformado a forma de auditoria e ampliado a capacidade de análise dos órgãos de controle. “Hoje, a governança pública exige decisões baseadas em dados. Não basta gastar, é preciso gastar bem, com foco em resultados e na entrega ao cidadão”, concluiu.

Impacto para prefeitos e gestores

A realização dos dois eventos reforça uma tendência na administração pública: a combinação entre acesso a recursos, capacitação técnica e inovação.

Enquanto a Caravana Federativa aproxima municípios do Governo Federal e amplia investimentos, o Seminário Técnico fortalece a qualificação dos gestores e o debate sobre boas práticas. O resultado é um ambiente mais preparado para enfrentar desafios estruturais, com foco em eficiência, transparência e entrega de resultados à população. ■



Com colaboração de Walley Rodrigues



Fotos: Ministério da Fazenda

Reforma tributária
entra na prática e impõe nova realidade fiscal aos municípios

Com fase de testes iniciada em 2026, novo modelo baseado no IVA Dual muda a lógica da arrecadação, reduz autonomia local e exige reestruturação imediata das prefeituras

A Reforma Tributária, estruturada pelo economista Bernard Appy e aprovada pelo Congresso por meio da Emenda Constitucional 132/2023, começou a sair do papel em 2026. O ano marca o início da fase de testes da CBS (federal) e do IBS (estadual e municipal), com transição prevista até 2033.

A proposta substitui cinco tributos — PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS — por um modelo de IVA Dual, altera a lógica de arrecadação para o destino (consumo) e redesenha a relação entre União, estados e municípios. Para gestores públicos, o desafio já começou: adaptar sistemas, rever políticas fiscais e preparar o caixa para uma mudança estrutural.

Uma reforma que muda mais do que tributos

A reforma tributária brasileira nasce com um objetivo claro: simplificar um dos sistemas mais complexos do mundo. A substituição de cinco tributos por dois — CBS e IBS — busca reduzir burocracia, aumentar transparência e acabar com a chamada "guerra fiscal".

Mas, na prática, o impacto vai além da simplificação. O novo modelo adota a lógica da tributação no destino, ou seja, o imposto passa a ser arrecadado no local onde ocorre o consumo — e não mais onde o bem é produzido ou o serviço é prestado.

Essa mudança altera profundamente o equilíbrio federativo e redistribui receitas entre os entes públicos. A medida impacta diretamente cidades que estruturaram sua economia na produção ou na prestação de serviços. Por isso, existe o temor de que estados produtores possam perder arrecadação com a mudança para o destino.

"O estado de São Paulo é um grande produtor nacional, mas também é um grande consumidor. Essa mudança de foco de nosso sistema tributário, que parou de focar no produtor para privilegiar o consumidor, vai impactar em vários municípios e estados. Números preliminares estão sendo divulgados por algumas entidades, mas o verdadeiro impacto somente será mensurado no decorrer do tempo de aplicação da nova reforma tributária", observa o prefeito de Pedreira, Fábio Polidoro, especialista em Legislação Tributária.





O deputado federal Baleia Rossi (MDB), autor da proposta que deu origem à reforma, defende que o modelo foi construído para corrigir distorções históricas e dar maior previsibilidade ao sistema tributário brasileiro, com foco na redução do chamado "Custo Brasil".

Ele também ressalta que a mudança corrige problemas antigos do sistema. "A reforma acaba com uma distorção histórica, que é a guerra fiscal. Mas isso não significa desestimular quem investe. Pelo contrário, quando o sistema fica mais simples, transparente e seguro, o ambiente de negócios melhora", afirma o parlamentar.

Segundo ele, a longa transição federativa foi pensada para proteger os municípios e dar tempo de adaptação. "Criamos uma transição federativa de longo prazo, que funciona como um verdadeiro mecanismo de proteção para os municípios, especialmente aqueles que poderiam ter perdas com a mudança para a tributação no destino. O que nós fizemos foi garantir que a modernização do sistema tributário aconteça sem colocar em risco a saúde financeira das prefeituras. Isso significa manter os serviços funcionando, proteger investimentos e, no final, assegurar que a população continue sendo atendida com qualidade."

2026: ano de testes e adaptação

Desde janeiro de 2026, empresas passaram a emitir notas fiscais com destaque para CBS e IBS, ainda com alíquotas reduzidas (0,9% e 0,1%). O objetivo não é arrecadar, mas preparar o sistema. Segundo o Ministério da Fazenda, trata-se de um período de aprendizagem, com caráter orientativo e sem penalidades relevantes para erros.

A obrigatoriedade de adaptação começa a ganhar força ao longo do ano, especialmente a partir de agosto, quando o preenchimento completo das informações passa a ser exigido para empresas fora do Simples Nacional.

Para o setor público, esse é o momento crítico de preparação: revisão de sistemas, capacitação de equipes e acompanhamento das regulamentações.

Para Fábio Polidoro, o momento exige atenção redobrada das administrações públicas. Conforme ele, trata-se de uma mudança estrutural que impacta diretamente a forma como os municípios gerenciam sua arrecadação e seus processos internos.

"A nova reforma tributária, chamada também de Reforma Tributária do Consumo, é muito mais que uma grande alteração no sistema tributário brasileiro, é uma mudança cultural na relação entre fisco e contribuintes e, principalmente, na relação entre os contribuintes", destaca o gestor.

Ele também pondera que, apesar da promessa de simplificação, o cenário ainda exige cautela. "A promessa é de que não haverá aumento de carga tributária e que a apuração dos tributos seria muito mais simplificada e menos complexa do que temos hoje, mas, conforme vão avançando as tratativas para início da vigência da reforma, mais e mais normas estão surgindo e estão começando a complicar o que deveria ser simplificado", observa.

Transição longa: previsibilidade ou incerteza?

A reforma foi desenhada para ocorrer de forma gradual:

- 2026: fase de testes
- 2027: início efetivo da CBS e do Imposto Seletivo
- 2029 a 2032: substituição progressiva de ICMS e ISS
- 2033: modelo plenamente implementado

A estratégia busca evitar rupturas fiscais, principalmente nos municípios. Para Baleia Rossi, o longo período de transição é justamente o que garante segurança ao processo. "Nós estruturamos a mudança em etapas justamente para evitar qualquer ruptura nas contas públicas. Entre 2026 e 2028, há uma fase de adaptação, em que os municípios praticamente mantêm a arrecadação do ISS, enquanto o novo sistema começa a ser implementado de forma gradual", comenta.

O parlamentar também destaca que a transição foi pensada para proteger o fluxo de caixa dos municípios e garantir previsibilidade ao planejamento público. "A reforma trouxe previsibilidade, com regras claras de acompanhamento e mecanismos de compensação, permitindo que prefeitos e gestores planejem seus investimentos com segurança", destaca o deputado.

Ele reforça ainda que o objetivo é estrutural e de longo prazo: "A Reforma Tributária é uma Emenda Constitucional pensada para nossos filhos, netos e as próximas gerações. Ela não vai mudar para melhor apenas a vida dos profissionais, mas de toda a população".

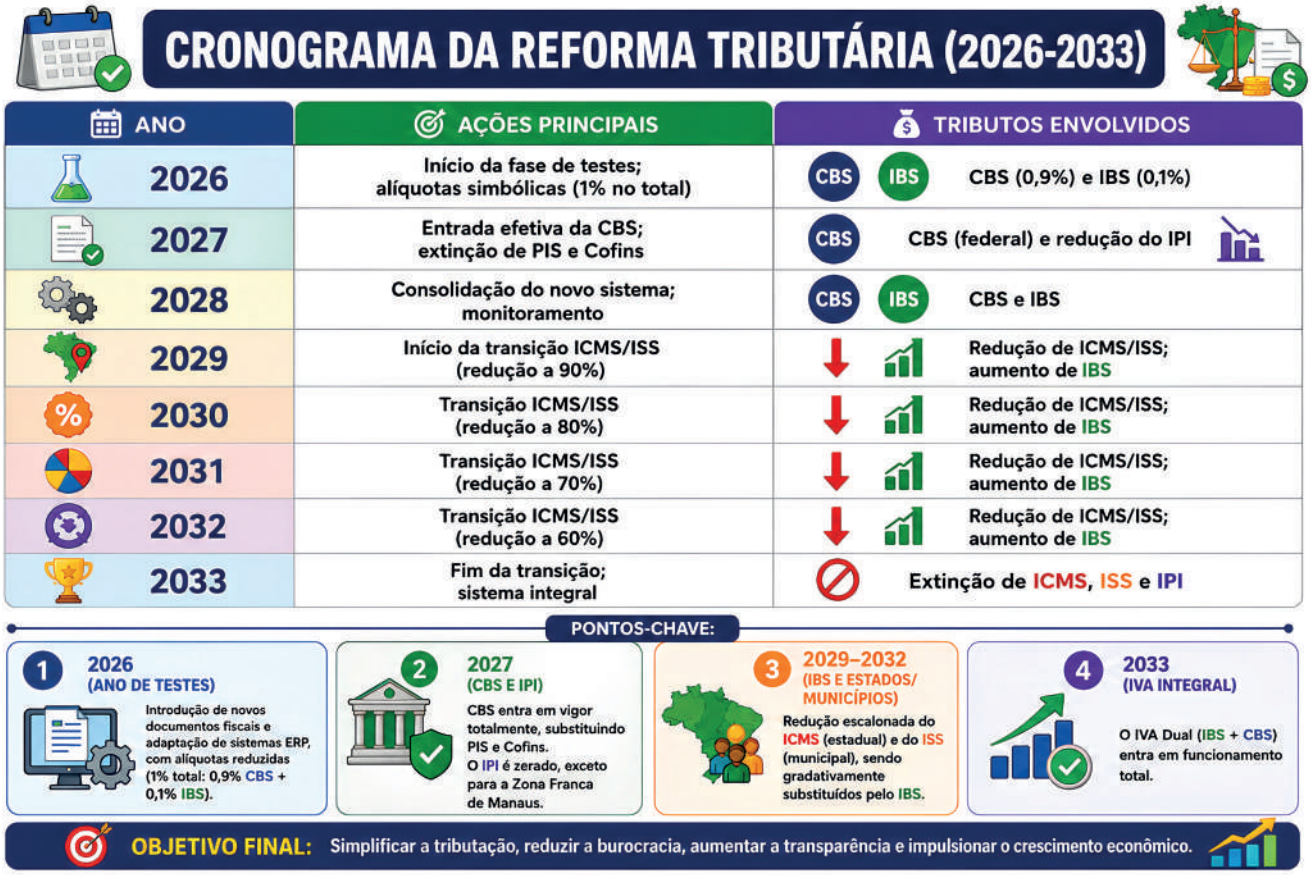
IBS e CBS: o novo coração da arrecadação

O sistema de IVA Dual brasileiro se divide em dois tributos:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): federal, substitui PIS, Cofins e parte do IPI
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): estadual e municipal, substitui ICMS e ISS

Ambos seguem o princípio da não cumulatividade — ou seja, o imposto pago em uma etapa gera crédito na seguinte — e têm base ampla, incidindo sobre bens, serviços e direitos. Na prática, isso elimina distorções históricas e reduz o custo tributário ao longo da cadeia produtiva.

De acordo com Fábio Polidoro, a mudança exigirá maior preparo técnico das administrações municipais, especialmente no controle de créditos tributários e na adaptação dos sistemas fiscais. "Importante destacar a importância dos estados e municípios em manter e até aumentar a arrecadação de ISSQN e ICMS nesse período de transição, para que seja garantida a arrecadação futura pelo fundo de compensação, quando se iniciar o recolhimento efetivo do IBS", orienta o especialista.▸



O poder muda de lugar: nasce o Comitê Gestor do IBS

Uma das mudanças mais profundas para estados e municípios é a criação do Comitê Gestor do IBS. O órgão será responsável por arrecadar o imposto de forma centralizada, definir regras operacionais e distribuir automaticamente os recursos. Isso significa que a arrecadação deixa de ser diretamente controlada por cada ente.

A preocupação com a autonomia municipal foi um dos principais pontos de debate no Congresso. Segundo Baleia Rossi, o Comitê Gestor do IBS será um espaço de equilíbrio federativo, com participação efetiva dos municípios e estados.

"Eu entendo essa preocupação dos municípios, especialmente dos pequenos e médios. A reforma não pode tirar voz de ninguém. Pelo contrário, o Comitê Gestor do IBS será um espaço de equilíbrio federativo, com participação efetiva dos municípios e estados", declara. "Sempre defendi que a reforma seja construída com diálogo, ouvindo os prefeitos, governadores, parlamentares, especialistas, entidades municipalistas e garantindo que nenhuma decisão fique concentrada apenas nos grandes centros", acrescenta.

Na prática, como explica Polidoro, o órgão terá papel central na operação do novo sistema. "Esse Conselho Gestor do IBS, como exemplo, será o responsável por estabelecer regras específicas do processo administrativo tributário, legislando sobre autos de infrações, defesas, recursos, competência etc. É o Conselho Gestor que determinará os detalhes de rateio do IBS para os estados e municípios. O IBS será recolhido de uma forma centralizada, como ocorre com o Simples Nacional hoje em dia, e, posteriormente, destinado aos estados e municípios".

O fim do ISS e o novo mapa da arrecadação

Para os municípios, a substituição do ISS é uma das transformações mais sensíveis. Hoje, o imposto é arrecadado majoritariamente no local do prestador de serviço. Com a reforma, o IBS municipal será direcionado ao local do consumo — ou seja, onde está o cliente. Essa mudança altera completamente o planejamento fiscal de cidades que se estruturaram como polos de serviços.

Polidoro aprofunda o impacto dessa mudança. "Há uma mudança radical no recolhimento do ISSQN em relação ao recolhimento do IBS Municipal. Atualmente, o ISSQN é recolhido no município onde se localiza a sede do prestador de serviços [...] a partir da nova reforma tributária, o IBS Municipal será sempre devido ao município onde se localiza o contratante dos serviços, ou seja, no município onde se localiza o consumidor".

Ele alerta para os efeitos diretos nas políticas públicas: "Isso impactará todo o planejamento de um município, que baseou suas políticas públicas no incentivo à produção [...] toda política pública de desenvolvimento econômico deverá levar em consideração o privilégio da atual legislação ao consumo".

Menos ICMS, mais dependência de repasses

Com o fim do ICMS, os municípios deixam de pagar o tributo em suas compras públicas, o que pode gerar maior transparência e eficiência. Por outro lado, deixam também de receber diretamente a cota-parte do imposto.

No novo modelo, a arrecadação é centralizada, o repasse é automático e os critérios de distribuição mudam. Essa mudança exige maior confiança no sistema e menos autonomia direta sobre o caixa.

Como resume Polidoro: “Os municípios deixarão de receber o ICMS semanalmente; deixarão também de ter receita direta do ISSQN, que será substituída pelo IBS Municipal. Na nova reforma tributária, tanto o ICMS quanto o ISSQN será recolhido de forma centralizada ao Governo Federal”.

Fundo de compensação: proteção temporária

Para evitar perdas abruptas, a reforma criou mecanismos de compensação. Entre eles:

- Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (até 2032)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), com até R$ 40 bilhões anuais a partir de 2033

De acordo com o Ministério da Fazenda, esses instrumentos buscam equilibrar o impacto da mudança, especialmente para estados como São Paulo, que tendem a perder arrecadação com a tributação no destino.

Baleia Rossi reforça o papel desses mecanismos. “O Fundo de Compensação garante estabilidade nesse período. Mas o principal ganho virá do crescimento econômico gerado por um sistema mais eficiente”.

Ele complementa com uma visão mais ampla do impacto econômico: “Mas um ponto importante é que, com um sistema mais simples, transparente e eficiente, o Brasil tende a crescer mais, gerar mais empregos e ampliar a base econômica”.

Por outro lado, Fábio Polidoro alerta: “O fundo é essencial para evitar perdas abruptas, mas ele não resolve tudo. Os municípios precisam usar esse tempo para se reorganizar, porque a compensação é temporária”.

Split payment: o imposto pago na hora

Outro ponto central da reforma é o chamado split payment, previsto para entrar em operação a partir de 2027. Nesse modelo:

- o imposto é separado automaticamente no momento do pagamento
- o valor vai direto ao governo
- a empresa recebe apenas o valor líquido

A medida busca reduzir sonegação, aumentar a eficiência e dar mais transparência ao sistema.









O desafio imediato: preparar a máquina pública

Para os municípios, o maior risco não está na mudança em si, mas na falta de preparação. Fábio Polidoro relata como Pedreira já iniciou esse processo. “Criamos uma comissão específica para a reforma. Estamos revisando o Código Tributário Municipal e investindo em tecnologia, como processos digitais e fiscalização automatizada”, informa o gestor.

Ele faz um alerta direto aos gestores: “A adaptação não é opcional. Quem não se preparar agora pode enfrentar dificuldades sérias quando a transição avançar.”

Na visão de Baleia Rossi, o objetivo é justamente facilitar o trabalho do gestor público: “O que vai ocorrer é tornar a vida do gestor mais simples, não mais difícil. Hoje, o sistema tributário brasileiro é caro, confuso e cheio de obrigações [...] com a reforma, a tendência é reduzir burocracia, melhorar a arrecadação e dar mais previsibilidade”.

Um novo ciclo para o municipalismo

A reforma tributária inaugura uma nova fase na gestão pública brasileira. Mais do que simplificar impostos, ela altera a lógica de arrecadação, o papel dos municípios e a forma de planejar políticas públicas. “A reforma é inevitável e necessária. A diferença entre os municípios não estará na regra, mas na capacidade de adaptação de cada gestão”, conclui Polidoro.

Baleia Rossi reforça o impacto estrutural da mudança. “No conjunto, a reforma simplifica o sistema, traz equidade e reduz custos e tende a gerar mais crescimento econômico, mais empregos e mais renda, o que melhora a vida das pessoas no dia a dia”.

Como em outras transformações estruturais do país, o sucesso dependerá da capacidade de adaptação local — especialmente nos municípios de pequeno e médio porte, que já operam com estruturas mais enxutas e precisarão de planejamento técnico para atravessar a transição.

“Essa é uma reforma para as próximas gerações. O desafio agora é garantir que todos estejam preparados para colher seus benefícios”, finaliza Baleia Rossi.

Para prefeitos e gestores, a mensagem é clara: a reforma não é um evento futuro — ela já começou. ▪



MARILENE MARIOTTONI

Diretora de Relações Institucionais da AMPPESP, jornalista e engenheira civil e foi Vereadora por 5 mandatos em Mogi Mirim, sendo a primeira Mulher a presidir aquela Câmara. É do Conselho Superior de Estudos Nacionais e Política (CONSENP) e do Conselho Superior Multidisciplinar (COSMU) da FIESP.

LU ALCKMIN enfrentando desafios por maiores benefícios para o povo



Maria Lúcia Guimarães Ribeiro Alckmin, a querida Sra. Lu Alckmin, é a segunda-dama do Brasil, casada com o também querido Dr. Geraldo Alckmin, mãe de Sophia, Geraldo Neto e Thomaz. Professora e escritora. Idealizadora do projeto Padaria Artesanal e ex-presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Idealizadora da Rota da Luz – peregrinação de Mogi das Cruzes/SP a Aparecida/SP, com 210 km. Autora dos livros: "Seis Lições de Solidariedade" (Gente, 2005); "O amor que transforma" (Academia, 2017) e "ABC dos Coelhinhos" (Senac, 2024).

Marilene: Quais realizações considera importantes quando esteve à frente do Fundo Social do Estado de São Paulo, nas vezes em que o Dr. Geraldo foi governador?

Lu Alckmin: Desde quando meu marido, Geraldo Alckmin, foi prefeito de Pindamonhangaba, na década de 70, tenho realizado vários projetos sociais em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 1994, quando Geraldo se tornou vice-governador de São Paulo, tive a oportunidade de ser voluntária de Dona Lila Covas; com ela, aprendi a fazer parcerias. Quando o Geraldo assumiu o Governo do Estado, eu assumi a presidência do Fundo Social e dei continuidade aos projetos de Dona Lila: "Casas da Solidariedade", "Estação Especial da Lapa" e os "Jogos Regionais do Idoso" (JORI). Sempre como voluntária, priorizei projetos de qualificação profissional e geração de renda. Um dos mais importantes foi a "Padaria Artesanal". Nesse período, mais de nove mil unidades foram implantadas no Estado e 20 mil multiplicadores foram capacitados, atendendo mais de 100 mil pessoas. Em 2011, ao reassumir a presidência do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, a qualificação profissional da população de baixa renda continuou a ser meu foco de trabalho. Pensando nisso, criamos a "Escola de Qualificação Profissional", com as Escolas de Moda, Beleza e Construção Civil, além de retomar o projeto da Padaria Artesanal. De 2012 a 2014, na capital e interior do Estado, inauguramos 56 polos regionais da Escola de Moda, 56 da Escola de Beleza e outros 56 da Escola de Construção Civil. De 2011 a 2018, os cursos do Fundo Social capacitaram mais de 180 mil pessoas.

Marilene: Qual o seu papel no governo federal como esposa do vice-presidente?

Lu Alckmin: Em 2023, quando o Geraldo se tornou vice-presidente do Brasil, fui para Brasília com o sonho de levar o projeto "Padaria Artesanal" para todo o Brasil. Como voluntária e sem custos para os cofres públicos, busquei parcerias com a sociedade civil, Sistema S e empresariado local. Em pouco mais de dois anos, inauguramos 44 unidades da Padaria Artesanal no Distrito Federal e região, alcançando mais de 3.000 pessoas que aprenderam a arte de fazer pães nutritivos, saborosos e de alto valor comercial, para alimentar suas famílias e gerar renda. Agora, contando com uma rede de apoio e voluntariado, já conseguimos expandir o projeto "Padaria Artesanal" para as demais regiões do Brasil. Ao todo, são mais de 10.000 pessoas atendidas em 18 diferentes estados do país.

Marilene: O que acha da Associação de Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP) e qual a mensagem que envia aos municípios?

Lu Alckmin: Meu marido, Geraldo Alckmin, sempre acreditou na força dos municípios menores. E, nesse mesmo sentido, a AMPPESP, ao unir forças, pode dar voz a cada uma de suas cidades e garantir que cada uma delas, independentemente do tamanho, tenha oportunidade e recursos para prosperar. O importante é utilizar essa força para o fomento de políticas públicas voltadas a quem mais precisa, pois só assim esses municípios paulistas podem construir juntos um Estado mais justo e solidário a todos os seus cidadãos.

Marilene: Qual sua mensagem para a participação da mulher na política?

Lu Alckmin: Uma sociedade só é verdadeiramente democrática quando seus espaços de poder refletem a diversidade de sua população. Portanto, a presença da mulher na política é uma necessidade estratégica para uma democracia plena e justa. Além disso, mulheres trazem vivências e competências que humanizam a gestão pública. Fortalecer a voz feminina na política é investir em um país mais justo e equilibrado para todos. ▸

Prefeita LECA BERTO – a força da mulher na administração pública



Alexsandra Berto Brandão, Leca Berto, é Diretora de Políticas para a Mulher da AMPPESP e prefeita de Brotas. É bacharel em Direito e mãe de dois filhos. Ao longo de sua trajetória pública, exerceu o cargo de vereadora no município de Brotas, foi secretária municipal de Turismo, diretora de Cultura, coordenadora da Unidade Móvel do SENAI e atuou no Gabinete de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo.

Marilene: Neste primeiro mandato como prefeita de Brotas, sendo a primeira mulher eleita para o cargo, quais ações importantes já implantou? E quais verbas e destinações conseguiu junto aos governos federal, estadual ou por meio de parlamentares?

Leca Berto: A nossa gestão promoveu avanços significativos já no primeiro ano de mandato, com foco na reorganização administrativa, no equilíbrio fiscal e na valorização do servidor público. Um dos principais marcos foi o reajuste do vale-alimentação dos servidores municipais, que passou de R$ 571,61 para R$ 830,00, representando um aumento real de 45,15%, medida que reforça o compromisso com o funcionalismo e com a melhoria das condições de trabalho.

No campo da gestão administrativa e orçamentária, realizou-se uma ampla reestruturação do orçamento herdado, com remanejamentos estratégicos e fortalecimento das equipes técnicas. Na área da saúde, por exemplo, foram implementadas ações estruturantes, como a criação do Centro de Especialidades e a implantação do prontuário eletrônico em todas as unidades de saúde, modernizando os serviços e qualificando o atendimento à população. O setor também foi fortalecido por meio da captação de recursos, totalizando R$ 6.008.000,00, sendo R$ 4.958.000,00 em emendas estaduais e repasses do Governo do Estado e R$ 1.050.000,00 em emendas federais, via Ministério da Saúde.

Nas áreas social e educacional, mesmo sem previsão orçamentária na gestão anterior, a administração conseguiu planejar e viabilizar, ainda em 2025, a aquisição dos uniformes escolares, garantindo que, em 2026, todos os alunos iniciassem o ano letivo devidamente uniformizados. Entre as diversas ações implementadas, duas merecem destaque por integrarem o Plano de Governo: a ampliação do horário de atendimento dos Centros de Educação Infantil (CEIs), que passaram a funcionar das 7 às 17h, atendendo à demanda de pais e responsáveis trabalhadores, e a implantação da Tarifa Zero, garantindo que a população possa circular pela cidade sem o pagamento de passagem.

No âmbito regional, assumi a presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré (CBH-TJ), reforçando a atuação como liderança regional e ampliando o protagonismo do município na governança dos recursos hídricos e no planejamento territorial.

O exercício de 2025 foi encerrado de forma positiva, com equilíbrio fiscal, organização administrativa e capacidade de investimento, estabelecendo bases consistentes para os próximos anos de governo.

Marilene: Nessa segunda gestão do prefeito João Víctor, em que exerce o cargo de secretária municipal de Promoção Social, além da função de presidente do Fundo Social, quais ações está implantando?

Leca Berto: Nessa segunda gestão, a Secretaria de Promoção Social (e o Fundo Social) de Águas de São Pedro vem implantando uma agenda bastante institucionalizada. Investe na reestruturação do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), com reforma do prédio, promovendo oficinas para geração de convivência e renda, realizando o planejamento para o ano de 2026 e o fortalecimento do serviço PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família).

Marilene: O que acha da AMPPESP?

Leca Berto: A AMPPESP exerce um papel estratégico no fortalecimento dos municípios paulistas, ao promover a integração entre prefeitos e prefeitas, estimular a troca de experiências e incentivar a construção de soluções conjuntas para os desafios das cidades de pequeno porte. A atuação da entidade contribui diretamente para a qualificação da gestão pública, por meio de capacitações, debates técnicos e articulação institucional, além de ampliar a representatividade dos municípios junto aos governos estadual e federal. Ao defender pautas comuns e fomentar o diálogo entre as diferentes esferas de governo, a associação se consolida como uma importante aliada no desenvolvimento local e na melhoria dos serviços prestados à população. ▸

Como prefeita, reconheço a importância da AMPPESP na defesa dos interesses dos municípios de pequeno porte e na valorização das administrações locais. A entidade tem sido uma voz ativa na construção de políticas públicas mais justas, no fortalecimento da autonomia municipal e na busca por investimentos que atendam às reais necessidades da população. Esse trabalho coletivo é fundamental para garantir que cidades como a nossa tenham protagonismo, acesso a oportunidades e condições de promoverem desenvolvimento com responsabilidade social.

Marilene: Que mensagem gostaria de deixar sobre a participação da mulher na política?

Leca Berto: A participação da mulher na política é essencial para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais representativa. Quando as mulheres ocupam espaços de decisão, a política se torna mais próxima da realidade das pessoas, incorporando diferentes olhares, sensibilidade social, capacidade de diálogo e compromisso com o bem coletivo. A presença feminina amplia o debate, qualifica as políticas públicas e contribui para decisões mais equilibradas e justas. Como mulher em cargo político, acredito que nossa atuação tenha um papel transformador e inspirador. Cada mulher que assume um cargo de liderança abre caminhos para muitas outras, mostrando que é possível ocupar esses espaços com competência, responsabilidade e coragem. Incentivar a participação feminina é fortalecer a democracia, promover igualdade de oportunidades e garantir que as futuras gerações cresçam em um ambiente político mais justo, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento social.



Vice-Prefeita JULIANA PASSOS PESSANHA a gestão pública com foco nas pessoas

Juliana Passos Pessanha é empresária e profissional de relações públicas em Itu (SP). Atualmente, exerce o cargo de vice-prefeita do município. É casada com o médico Dr. Ernesto Pessanha e é mãe dos gêmeos João e Antônio, sua maior inspiração.

Marilene: Qual o seu papel no governo municipal, sendo vice-prefeita?

Juliana: Como vice-prefeita, atuo de forma integrada com toda a gestão, contribuindo com o planejamento e a execução de políticas públicas. Acredito que a mulher tem esse dom de organizar, de colocar a casa em ordem, e levo isso para a administração pública, ajudando a estruturar ações, acompanhar resultados e garantir que as demandas da população sejam atendidas com responsabilidade e eficiência. Meu papel é somar, organizar e fazer com que as políticas cheguem de forma concreta à vida das pessoas.

Marilene: Quais realizações do governo Herculano Passos, prefeito de Itu, em que colaborou e que considera importantes?

Juliana: Tive a oportunidade de colaborar em diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento da cidade, com foco na atração de indústrias, no fortalecimento do comércio e na valorização do turismo e do entretenimento em Itu. Acredito que esse conjunto de ações seja fundamental para gerar empregos, movimentar a economia local e ampliar as oportunidades para a população. São iniciativas que contribuem diretamente para o crescimento sustentável do município e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Marilene: O que acha da AMPPESP e qual a mensagem que envia aos municípios?

Juliana: Acredito que a AMPPESP tem um papel muito importante na união dos municípios e no fortalecimento da gestão pública. É um espaço de troca de experiências e de construção conjunta de soluções. Minha mensagem é de que os municípios sigam trabalhando com diálogo, cooperação e compromisso, sempre colocando as pessoas no centro das decisões.

Marilene: Qual a sua mensagem para a participação da mulher na política?

Juliana: A participação da mulher é fundamental para a qualidade da gestão pública. A mulher traz sensibilidade, tem um olhar mais humano e, quando pratica a política do bem com agilidade, demonstra grande habilidade para conduzir, decidir e resolver desafios. Por isso, é essencial que mais mulheres ocupem seus espaços e contribuam ativamente para uma política mais eficiente, responsável e comprometida com as pessoas. ■

EXPEDIENTE

REDATORA-CHEFE:
Carla Hummel

REDAÇÃO:
Lucas Calore e Edneia Silva

PROJETO GRÁFICO:
Karina Zilah da Fonseca

IMPRESSÃO:
Jornal Cidade de Rio Claro Ltda

TIRAGEM:
10.000 exemplares

CIRCULAÇÃO:
Estado de São Paulo

HOME PAGE:
www.jornalcidade.net

E-MAILS:
redacao@jcrioclaro.com.br
vendas@jcrioclaro.com.br

FALE COM O JC:
(19) 3526-1000 / (19) 3526-1001

FALE COM A REDAÇÃO:
(19) 99942-4100

Uma publicação do GRUPO JC DE COMUNICAÇÃO

Avenida 5, 283 - Rio Claro – SP
CEP 13500-380

DIRETORES GRUPO JC:
Aline Beatriz Pezzotti de Magalhães Ceron
Luis Augusto Pezzotti de Magalhães
Luis Eduardo Pezzotti de Magalhães

AMPPESP - Diretoria:

Nome	Cargo Eletivo/Profissional Atual	Cargo na AMPPESP
José Adinan Ortolan	Ex-Prefeito de Cordeirópolis	Presidente
João Victor Barboza	Prefeito de Águas de São Pedro	Vice-Presidente
Fabio Polidoro	Prefeito de Pedreira	Secretário Geral
Ruy Fávaro	Ex-Prefeito de Dois Córregos	Secretário Geral Adjunto
Leandro Martinez	Ex-Prefeito de Corumbataí	1º Tesoureiro
Maria Clélia Pichelli	Prefeita de Itapuí	2º Tesoureira
Pedro Franco	Prefeito de Engenheiro Coelho	Conselho Fiscal - Titular
Jordão Antônio Vidotto	Prefeito de Óleo	Conselho Fiscal - Titular
Hélio Franzol Bernardino	Prefeito de Saltinho	Conselho Fiscal - Suplente
Diego Heron Pinheiro	Ex-Prefeito de Ipeúna	Conselho Fiscal - Suplente e Diretor de Saúde
Victor Maruyama	Prefeito de Barra do Turvo	Vice-Presidente Regional (Registro) e Diretor de Agronegócio
Anderson Ferreira	Prefeito de Macatuba	Vice-Presidente Regional (Bauru)
Yan Lopes	Prefeito de Caçapava	Vice-Presidente Regional (São José dos Campos)
Mario Pires de Oliveira Filho	Prefeito de Ibiúna	Vice-Presidente Regional (Sorocaba)
Cláudia Botelho	Ex-Prefeita de Estiva Gerbi	Vice-Presidente Regional (Campinas)
Adriano Marçal	Prefeito de Gavião Peixoto	Vice-Presidente Regional (Araraquara)

Leonardo Caressato Capitelli	Prefeito de Serrana	Vice-Presidente Regional (Ribeirão Preto)
Ciro Costa	Prefeito de Santa Adélia	Vice-Presidente Regional (São José do Rio Preto)
Walter Rodrigo Silva	Prefeito de Queiroz	Vice-Presidente Regional (Araçatuba)
Bárbara Medeiros Vilches	Prefeita de Presidente Venceslau	Vice-Presidente Regional (Presidente Prudente)
Marco Aurelio Oliveira Pinheiro	Ex-Prefeito de São Pedro do Turvo	Vice-Presidente Regional (Marília)
Elson Gomes dos Santos	Prefeito de Cristais Paulista	Vice-Presidente Regional (Franca)
Marcelo Otaviano dos Santos	Ex-Prefeito de Monte Azul Paulista	Vice-Presidente Regional (Barretos)
Mateus Freitas	Prefeito de Guapiara	Vice-Presidente Regional (Itapeva)
Rodolfo Rodrigues Marcondes	Prefeito de Salesópolis	Vice-Presidente Regional (Grande São Paulo)
Josias Zani Neto	Prefeito de Santa Maria da Serra	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Piracicaba)
Felipe Antônio Colaço Bernardo	Prefeito de Peruíbe	Vice-Presidente Regional (Santos)
Paulo Alberto Finamore	Prefeito de Louveira	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Jundiaí)
Julião Cesar Mori Vechiatto	Prefeito de Ouro Verde	Diretor Regional - Dracena
Fábio Luiz Florentino de Faria	Prefeito de Flora Rica	Diretor Regional - Adamantina
Lió Neto	Prefeito de Sud Mennucci	Diretor Regional - Andradina
Paulo Henrique Miotto	Prefeito de Vitória Brasil	Diretor Regional - Jales
Priscila Tatiana Dias Massoni	Prefeita de Turmalina	Diretora Regional - Fernandópolis
Acácio Tardoque Ferreira	Prefeito de Macaubal	Diretor Regional - Votuporanga
Reni Aparecida da Silva	Prefeita de Irapuã	Diretora Regional - Catanduva
Mireli Martins	Prefeita de Orindiúva	Diretora Regional - São José do Rio Preto
Tais Contieri	Prefeita de Cafelândia	Diretora Regional - Lins
Marcos Bilancieri	Prefeito de Boracéia	Diretor Regional - Jaú
Rafael Lima Fernandes	Prefeito de Agudos	Diretor Regional - Bauru
Marcelo Pecchio	Ex-Prefeito de Quatá e Presidente do SIVAP	Diretor Regional - Tupã
Marta Patrícia Stonis da Costa	Prefeita de Iepê	Diretora Regional - Presidente Prudente
João Altarugio Filho	Prefeito de Corumbataí	Diretor Regional - Rio Claro
José Benedito Camacho	Prefeito de Ibirarema	Diretor Regional - Assis
Wilson Garcia	Prefeito de Bernardino de Campos	Diretor Regional - Ourinhos

André Braga	Prefeito de Porto Ferreira	Diretor Regional - São Carlos
Paulo Roberto Martins	Prefeito de Manduri	Diretor Regional - Avaré
Edson Marcusso	Prefeito de Boituva	Diretor Regional - Itapetininga
Leonardo Teixeira Spiga Real	Prefeito de Tambaú	Diretor Regional - São João da Boa Vista
José Rafael Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor Regional - Bragança Paulista
Gustavo Zanin Lucena Famadas	Prefeito de Canas	Diretor Regional - Guaratinguetá
Milton Teixeira	Economista e Especialista em Tributação	Diretor de Política Fiscal
Angelita Meneghin Ortolan	Ex-Secretária da Educação de Cordeirópolis	Diretora de Educação
Paulo Martiniano	Ex-Secretário de Cultura	Diretor de Cultura
Marilene Mariottoni	Jornalista e Engenheira Civil	Diretora de Relações Institucionaiszz
José Nazareno Zezé Gomes	Prefeito de Hortolândia	Diretor de Mobilidade Urbana
Vitor Ricomini	Prefeito de Capivari	Diretor de Segurança Pública
Fernando Fiori	Ex-Prefeito de Holambra	Diretor de Habitação
Thomas Law	Presidente do Ibrachina	Diretor de Relações Internacionais
Fernanda Letícia Hebling da Silva	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos
Leca Berto	Prefeita de Brotas	Diretora de Mulher
Joice Berni	Vice-Prefeita de Tupã	Diretora de Pessoa com Deficiência e Transtorno Autista
Diego Fabiano	Vereador de Cordeirópolis	Diretor de Política de Igualdade Racial
Frank Gonçalves	Presidente da Câmara de Iepê	Diretor de Políticas para a Juventude
Fátima Celin	Professora e Ex-Vice-Prefeita de Cordeirópolis	Diretora de Políticas para Criança e Adolescente
Marcelo Fortes Barbieri	Ex-Deputado Federal e Ex-Prefeito de Araraquara	Diretor de Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial
Marcos Domingos	Prefeito de Iporanga	Diretor de Turismo
Hellen Cristina Rubini Teixeira	Coordenadora da Rede de Parcerias no Estado de São Paulo	Diretora de Convênios
Dr. Marcelo Palaveri	Advogado	Diretor da Consultoria Juridica
Oscar Grossi	Ex-prefeito de Tarumã	Diretor de Mudanças Climáticas
Rafa Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor de Esportes e Lazer
Antonio Carlos Abuabud Junior	Prefeito de Santa Lucia	Diretor de Desenvolvimento Social

FOMENTA 2026

O MAIOR EVENTO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O FOMENTA reúne prefeitos, gestores, especialistas e lideranças políticas para debater os principais desafios da gestão pública municipal paulista. Com edições desde 2021, o congresso tornou-se referência nacional na troca de experiências e construção de soluções reais para cidades de médio e pequeno porte.

Em 2026, o evento amplia ainda mais seu alcance institucional, fortalecendo conexões estratégicas entre o setor público e a iniciativa privada, consolidando o FOMENTA como a principal plataforma de integração para gestores municipais do estado de São Paulo.







GRANDE HOTEL SÃO PEDRO ÁGUAS DE SÃO PEDRO/SP

Um dos mais reconhecidos centros de convenções do estado de São Paulo. Ambiente sofisticado, infraestrutura completa e localização privilegiada para proporcionar uma experiência ainda mais qualificada aos participantes — o cenário perfeito para encontros estratégicos e networking de alto nível.

GRANDE HOTEL SÃO PEDRO







O Fomenta 2026 ocorrerá nos dias

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO

SCANEIE O QR CODE E INSCREVA-SE